



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**YAGO RODRIGUES DA COSTA**

**PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL NO CAPITALISMO TARDIO: UMA  
REFLEXÃO ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA**

**Miracema do Tocantins, TO**

**2022**

**Yago Rodrigues da Costa**

**Pornografia infantojuvenil no capitalismo tardio: Uma reflexão acerca da formação humana**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Biazze Feitosa

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C837p Costa, Yago Rodrigues da.  
    Pomografia infantojuvenil no capitalismo tardio: uma reflexão acerca da formação humana. / Yago Rodrigues da Costa. – Miracema, TO, 2022.  
    64 f.  
  
    Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2022.  
    Orientadora : Juliana Biazze Feitosa  
  
    1. Pomografia. 2. Infância e adolescência. 3. Movimentos do capitalismo.  
    4. Gênero humano. I. Título

**CDD 150**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

YAGO RODRIGUES DA COSTA

PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL NO CAPITALISMO TARDIO: UMA REFLEXÃO  
ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, curso de Psicologia, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora

Data da aprovação 13/12/2022

Banca examinadora:

---

Professora Doutora Juliana Biazze Feitosa – Orientadora, (UFT).

---

Professora Doutora Carolina Pedreira – Examinadora, (UFT).

---

Professor Doutor Ladislau Ribeiro Nascimento – Examinador, (UFT).

## AGRADECIMENTOS

A minha história na graduação foi atravessada ao longo desses cinco anos e meio por diversos nomes que guardarei com muito carinho e afeto. Gosto de lembrar de todos os momentos de choros, gargalhadas e estudos que de fato fizeram-se de grande importância para minha constituição como um ser humano que sente, que fala e que por muitas vezes, também erra.

Portanto, início os cumprimentos a minha primeira família, especialmente aos meus pais que nessas idas e vindas de Palmas/Miracema e até mesmo morando em outros estados sempre fizeram-se presente, demonstrando todo carinho, amor e dedicação para comigo e meus irmãos. Luciano e Michelle, sem o apoio majestoso e dedicado de vocês esse sonho teria sido muito mais difícil de se concretizar. Entremio a isso, quero agradecer também a minha avó e a meus irmãos que através da saudade, diálogos e contestações contribuíram para que esse momento se tornasse real.

Não obstante, agradeço imensamente a minha outra família, a família que fiz através da Universidade e das vivências em Miracema, obrigado pelos ensinamentos, reflexões, refúgio, amizade, companheirismo e irmandade: Julia Ruffo, Isabela Gomes, Sara Ligia, Debora Amaral e Adriana Luzimar. É inenarrável o amor que sinto por cada uma de vocês. Agradeço aos demais amigos desta caminhada por serem todos e todas uma rede de apoio unida e delicada.

Assim, agradeço aos professores que perpassaram durante essa jornada, ensinando, corrigindo e planejando ações para que a caminhada pela academia fosse a menos dolorida possível, ouvi-los e ouvi-las foi essencial para a minha formação como futuro psicólogo. Nunca esquecerei dos debates em sala de aula e reuniões riquíssimas que tivemos durante o curso, então, é imprescindível que sejam citados e citadas o professor Dr Ladislau Nascimento, a professora Dra Carolina Pedreira, assim como a professora Dra Ana Cristina Serafim por integrarem a banca e se mostrarem disponíveis para a apreciação e discussão do estudo, obrigado pelas considerações e paciência.

Além disso, agradeço à minha orientadora professora Dra Juliana Biazze, por ter acompanhado essa construção e ter se debruçado de forma fenomenal a esse trabalho de conclusão de curso, obrigado professora, por ser um ponto de apoio e seguir adiante a pesquisa durante esse ano de 2022, foi uma honra ter sido seu orientando.



## RESUMO

A pornografia infantojuvenil é um crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e se configura como um tipo de exploração sexual comercial, sendo discutida recentemente pela psicologia. Nosso objetivo nesse estudo consiste em analisar a relação entre a exploração sexual infantojuvenil na pornografia e o sistema capitalista tardio, entendendo como o corpo infantojuvenil se torna mercadoria e esse processo impacta na formação humana. Esse estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, que elegeu como fontes primárias os dados disponíveis na plataforma do Observatório Nacional da Criança e da Adolescência e Safernet Brasil. As análises realizadas inspiraram-se na teoria do materialismo histórico-dialético. Nessa perspectiva, o processo dialético é entendido como uma prática que pode transformar a realidade anterior em um plano histórico-social, a vista disso, a reflexão teórica da realidade não é apenas sobre arte, mas também uma reflexão sobre transformação. A realização da pesquisa nos possibilitou inferir que a formação humana de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual comercial, incluindo a pornografia, é impactada quando esses corpos entre meio a culpa, tristeza e não apropriação de sua historicidade são tomados como objetos fetichizados de consumo, impossibilitando a emancipação do gênero humano. Nas considerações finais apresentamos os desafios em elaborar a pesquisa, atentando-se ao fato de ser um assunto relativamente novo na psicologia, necessitando ser aprofundado sob a perspectiva crítica, valorizando o ser como um agente social e transformador. Procuramos ao longo do trabalho elucidar de que forma o corpo infantojuvenil é tomado como mercadoria na pornografia e os efeitos disso na formação humana.

**Palavras-chave:** Pornografia infantojuvenil. capitalismo tardio. mercadoria. formação humana.

## ABSTRACT

Child and adolescent pornography is a crime provided for in the Child and Adolescent Statute and is configured as a type of commercial sexual exploitation, which has recently been addressed by psychology. Our objective in this study is to analyze the relationship between child and adolescent sexual exploitation in pornography and the late capitalist system, understanding how the child and adolescent body becomes commercialized and this process impacts on human formation. This study is classified as a bibliographical research, which chose as primary sources the data available on the platform of the National Observatory for Children and Adolescents and Safernet Brasil. The analyzes carried out were inspired by the theory of historical-dialectical materialism. From this perspective, the dialectical process is understood as a practice that can transform the previous reality into a historical-social plane, in view of this, a theoretical reflection of reality is not only about art, but also a reflection on transformation. Carrying out the research allowed us to infer that the human formation of children and adolescents victims of commercial sexual exploitation, including pornography, is impacted when these bodies, intermingled with guilt, sadness and non-appropriation of their historicity, are taken as fetishized objects of consumption, making it impossible to the emancipation of mankind. In the final considerations, we present the challenges in preparing the research, taking into account the fact that it is a relatively new subject in psychology, needing to be deepened from a critical perspective, valuing the being as a social and transforming agent. We sought throughout the work to elucidate how the juvenile body is taken as a commodity in pornography and the effects of this on human formation.

**Keywords:** Child and adolescent pornography. late capitalism. merchandise. human formation.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CONANDA	Conselho Nacional dos Direito da Criança e do Adolescente
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5º edição
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESC	Exploração Sexual Comercial
ECPAT	Fim da Prostituição Infantil, Fim da Pornografia Infantil e do Tráfico de Crianças Para Fins Sexuais
ESCNNA	Exploração Sexual Comercial de Meninos e Meninas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
OMS	Organização Mundial da saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1</b>	<b>Percurso Metodológico.....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL E REDE VIRTUAL....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>OS DESDOBRAMENTOS DA SOCIEDADE PERANTE O CAPITALISMO E CONSUMO.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Breve contextualização do capitalismo no Brasil.....</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO HUMANO E SUA DINÂMICA RELACIONAL COM A PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL.....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender qual a relação entre a pornografia infantojuvenil e o capitalismo tardio, analisando como essa associação impacta na formação humana de crianças e adolescentes.

A escolha pelo tema da pesquisa deu-se a partir dos caminhos que trilhei ao longo da graduação, dos quais incluem disciplinas de teor crítico e social que contribuíram para meu crescimento como discente em uma universidade pública, além do interesse em estudar a infância e adolescência no contexto contemporâneo. Entremeio a isso, é importante dizer que ao escolher a temática emergiram uma gama de afetos e memórias relacionadas às aulas antes da pandemia da Covid-19, pois os debates enfrentados no início do curso em aulas de psicologia social, psicologia do desenvolvimento, assim como gênero e sexualidade e instituições foram cruciais para a curiosidade em estudar o que rodeia o desenvolvimento humano atrelado a história e políticas públicas. Sendo assim, as fundamentações construídas durante minha trajetória em torno de uma psicologia ético-política e não neutra colaboraram para o surgimento da ideia de pesquisar a pornografia infantojuvenil, na qual ainda é pouco discutida no campo da ciência psicológica.

Chauí (1999) descreve violência como um ato de crueldade de abuso físico e psíquico sendo caracterizada pela opressão, medo e terror contra alguém, no qual auxilia na formação de relações intersubjetivas e sociais. De acordo com a autora, a violência é o oposto da ética pois, refere-se a seres sensíveis, desejantes e dotados de linguagem como se fossem objetos, sem quaisquer direito de manifestação, do qual através das relações de poder impõem práticas que servem de alicerce para a violência sexual.

Faleiros (2000) menciona que para o entendimento da violência sexual é preciso ser levado em consideração fatores históricos, econômicos, culturais e éticos, devido a violência ser um construto que desenvolve contextos em que crianças e adolescentes acabam sendo vitimizadas, além disso, a autora cita que a violência sexual contra crianças e adolescentes precisa ser analisada como uma forma de violação grave e abusiva, sendo classificada a partir de duas definições: abuso sexual (intrafamiliar e extrafamiliar) e exploração comercial sexual (pornografia, exploração sexual, tráfico e turismo sexual). Posto isso, no que se refere a infância e adolescência é colocado que toda exploração sexual comercial é inclusive, abuso sexual consistindo em uma das formas mais perversas de violação de direitos da criança e do adolescente, sendo comparada ao trabalho escravo (LARA; ZANELLA, 2016). Outrossim, pelo teor altamente prejudicial para o desenvolvimento biopsicossocial da vítima e de seus

familiares a questão passou a ser entendida como uma problemática de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1999).

Segundo Faleiros e Faleiros (2008), o abuso sexual contra crianças e adolescentes pode ser entendido como um relacionamento sexualizado onde o silêncio e segredo se compõem como uma das características principais dessa violência. Os autores relatam que o contexto em que os abusos sexuais acontecem quase nunca são parecidos, deve-se avaliar o autor da violência, o grau de parentesco com a vítima, idade, gênero, frequência e lugar que se sucedem. Além disso, Minayo (2005), apresenta que o abuso sexual possui ligação com um ato e jogo sexual, podendo advir de relações heterossexuais ou homossexuais, dos quais têm como objetivo utilizar o sujeito vítima da violência a práticas eróticas e sexuais impostas através de ameaças, chantagens e aliciamento, portanto, o violador extingue a capacidade de decisão da vítima da qual sente-se suprimida e aprisionada aquela situação (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

A despeito da exploração sexual comercial contra a infância e adolescência, é possível afirmar que é caracterizada por um lucro atribuído ao mercado do sexo, provocado pela exploração do trabalho sexual de mão de obra infantojuvenil (FALEIROS; FALEIROS, 2008). De acordo com Amorim (2005), essa violação pode ser caracterizada pelo ganho e proveito de pessoas ou redes, através do abuso do corpo de crianças e adolescentes tendo como pilar uma relação de mercantilização e dominação. Faleiros (1997), mostra que a exploração sexual comercial infantojuvenil corrói relações de proteção, direito e aprendizado da autonomia da criança e do adolescente, expondo que esse corpo passa a ser extremamente violado e transformado em moeda de troca em setores mundiais.

Concomitante a isso, Landini (2007) acentua que o debate sobre a violência sexual não é atual. No início do século XX, o saber jurídico e médico entrava em destaque, tendo como temáticas centrais o defloramento, sedução e prostituição. A autora questiona que somente nas últimas décadas que os campos da psicologia e serviço social conseguiram espaço e reconhecimento na área e a partir disso as pesquisas ganharam um novo foco sobre violência intrafamiliar, estupro e exploração sexual comercial infantojuvenil. Silva e Alberto (2016), relatam a importância de se considerar o contexto e a história em que as crianças e adolescentes estão inseridos no Brasil, pois essas violências podem se acentuar em razão da estrutura e formação da sociedade, na qual fomenta desigualdades sociais, culturais, de gênero e raça, ocasionando mudanças significativas nas condições de sobrevivência dos sujeitos, assim como nas relações intra e extrafamiliares (LIBÓRIO; SOUSA, 2004; LIBÓRIO, 2005).

É importante salientar que Teixeira (2003) discorre sobre o entendimento moderno de que a infância é composta por sujeitos em desenvolvimento e que necessitam de proteção especial e de direitos que foram conquistados alcançando um patamar universal em países industriais modernos. Todavia, é percebido que esse entendimento é controverso no momento que não é efetivado ações para melhoria de vida das populações de baixa renda, ou seja, o ser criança passou a ter direitos garantidos, mas ainda há um conflito de classes que define quem pode e não pode viver uma infância/adolescência aos moldes alcançados e é nesse contexto que são inseridos os antagonismos envolvendo a exploração sexual comercial infantojuvenil, que transforma o corpo infantil em mercadoria fetichizada (ALBERTO; SILVA, 2016).

Duarte (2012) analisa que o termo “*fetich*” é traduzido do francês “*fétiche*” significando feitiço ou até objeto animado ou inanimado produzido pelo homem que de alguma forma transformaria a natureza. Adiante o autor, cita que durante o processo de fetichismo os sujeitos só enxergam contextos imediatos, deixando de analisar as circunstâncias da vida através de uma totalidade social; tendo por consequência a construção de um mundo de cotidianidade alienada/fetichizada, dessa forma as experiências humanas acabam sendo reduzidas a fragmentação e as relações se tornam coisificadas acentuando desigualdades e violências, fruto de um fetichismo secularizado que é decorrente da sociedade capitalista.

Leal (1999) e Libório (2005) entendem que a exploração sexual comercial infantojuvenil é determinada através de uma relação de mercantilização que envolve o corpo de crianças e adolescentes, cujo objetivo é a obtenção e satisfação de necessidades sexuais de outro sujeito gerando lucro para um terceiro indivíduo baseada em relações de poder e exploração. Ademais, é significativo pontuar que há concordâncias sobre a participação de crianças e adolescentes em práticas sexuais em troca de abrigo, comida e dinheiro e que devido à falta de amparo acabam se vendo em situações em que são obrigadas a usar dessas relações para sobreviver (LAU, 2008; WILIANS; BINAGWAHO; BETANCOURT 2012).

Tendo em vista os fatos mencionados, uma das ramificações dessa exploração é a pornografia, na qual pode ser definida como qualquer tipo de material que objetiva aumentar a excitação sexual do receptor e que contém exposição explícita do corpo de alguém (HAID, 2006). Além disso, pornografia possui variadas nuances, todavia no trabalho a seguir ele será analisada de uma maneira crítica, com foco na exploração dos corpos infantojuvenis. Sendo considerada uma forma de violência sexual, a pornografia infantojuvenil é um crime reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definido como: “Qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou

exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais” (BRASIL, 1990, art. 241 E).

Portanto, o Estatuto ainda expõe que:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (BRASIL, 1990, p. 101).

Desse modo, a ECPAT<sup>1</sup> (2014) (End Child Prostitution, Child Pornography and The Trafficking of Children for Sexual Purposes/ Fim da Prostituição Infantil, Fim da Pornografia Infantil e do Tráfico de Crianças Para Fins Sexuais) relata a dificuldade em definir o termo, pois a conceituação de infância, adolescência e pornografia pode ser diferente dependendo da região, cultura e convicções morais e sociais, sendo capaz de divergir de outras traduções e legislações. Todavia, a rede ECPAT relata que a pornografia infantojuvenil é uma representação real ou simulada que apresenta crianças e adolescentes em realidade virtual sob atividades sexuais, além disso a produção e o compartilhamento de pornografia infantojuvenil fere a dignidade e direitos da infância e adolescência, mostrando consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo ser classificadas em três tipos diferentes: Pornografia infantil bizarra, pornografia com enfoque em crianças maiores e a pornografia juvenil, descritos a seguir:

- A pornografia infantil bizarra são imagens de crianças pequenas e bebês sendo violentados por adultos, esse tipo de conteúdo é definido de CP sick (child pornography sick/ pornografia infantil doente), nome dado pelos próprios abusadores;

<sup>1</sup> ECPAT é uma rede mundial de organizações da sociedade civil que trabalha com o objetivo de combater a exploração sexual comercial de meninos e meninas (ESCNNA) na produção de pornografia, prostituição, tráfico com fins sexuais e a exploração sexual no contexto do turismo.

- Na pornografia infantil focalizada em crianças maiores, esses sujeitos são filmados nus ou com roupas íntimas, também são encontrados materiais desse tipo em indivíduos que estão no início da adolescência;
- Já a pornografia juvenil, retrata adolescentes, em sua maioria do gênero feminino, que já estão com características sexuais secundárias desenvolvidas. Esse material geralmente não choca quem visualiza, pois as meninas acabam sendo associadas a mulheres com mais de 18 anos (REIS; REIFSCHNEIDER, 2004).

Ademais, Landini (2007) narra que a pornografia infantojuvenil passou a ser discutida somente nas últimas décadas, porém em uma perspectiva resumida meramente a de denúncia, o que prejudicou o entendimento da problemática, impedindo um planejamento de ações de prevenção, sendo foco de análise principalmente do direito, psicanálise e ciência da computação. Outrossim, a ECPAT (2014) expõe que existem instrumentos que auxiliam nas denúncias de crimes que ferem os direitos humanos na Internet onde a pornografia infantojuvenil está incluída, esses instrumentos foram elaborados com a participação da SaferNet Brasil que segue sendo uma associação de direito privado sem fins lucrativos, criada em 2005 e consolidada para o enfrentamento do compartilhamento em larga escala de violência cibernética, junto com o Ministério Público Federal.

A vista disso, é significativo dizer que o número de pesquisas na psicologia envolvendo essa questão ainda é considerado baixo se comparado a outros estudos sobre outros tipos de violência sexual, ou seja, apesar de já existir legislações específicas sobre a problemática posta, ainda há um cenário escasso de implementações de políticas públicas no que tange a pornografia infantojuvenil. Logo, a questão da pornografia infantojuvenil só foi levantada no final do século XX. Antes de 1968 era raro achar material pornográfico infantil, entretanto, no início de 1970 alguns países passaram a afrouxar leis sobre obscenidade, sendo a Dinamarca a pioneira. Paralelo a isso, outros governos também começaram a legalizar e produzir conteúdo pornográfico, inclusive o infantil (LANDINI, 2000).

Outrossim, o mercado de pornografia infantojuvenil prosseguiu, chegando a envolver crianças e adolescentes de 3 até 16 anos na indústria pornográfica, sendo que no final dos anos 70 o mercado já estava ampliado e nos Estados Unidos estima-se que até 600 mil crianças e adolescentes eram usados para produção desse material (SVEDIN; BACK, 1997). Assim, Landini (2000) apresenta que os avanços tecnológicos teriam transformado a pornografia infantojuvenil em algo barato, difícil de ser identificado e fácil de ser distribuído. Ademais, segundo a autora, a indústria da pornografia infantojuvenil conseguiu ir para dentro de casa, onde a fiscalização é mais complicada e, por consequência uma indústria que lucra milhões foi

sendo desenvolvida. Com a ascensão da Internet esse mercado tornou-se mais global e sofisticado, dessa maneira, Giddens (1996) relata que a globalização, baseada em novas formas de organização e de produção econômica promove proximidade entre os mais diversos contextos sociais, podendo construir outras roupagens quanto as transformações individuais e coletivas, seguindo, também por relações de poder (CARVALHO, 2008).

Concomitante a isso, Landini (2000) destaca que em 1977 os Estados Unidos iniciaram a criação de legislações contra a produção e criação de pornografia infantojuvenil, sendo o primeiro país a criminalizar esse tipo de ação. Em 1989, aconteceu a Convenção dos Direitos da Criança da ONU (Organização das Nações Unidas) na qual objetivava discutir sobre os fatos ditos anteriormente. A autora menciona que no Brasil, a produção, comercialização e divulgação de material pornográfico infantojuvenil tornou-se ilegal a partir de 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), todavia ela elucida que o reconhecimento da pornografia como uma violência vai além de questões jurídicas, perpassando também pelo viés social, sendo importante refletir sobre as causas, efeitos e dilemas expostos pela exploração do corpo de crianças e adolescentes.

Portanto, o termo “pornografia” deriva do grego *‘pornographos’* no qual buscava elucidar, na Grécia Antiga o significado do cotidiano de prostitutas (MARZOCHI, 2003). Em Roma havia paredes consideradas sagradas que eram pintadas para fins de decoração de alguns locais da região onde as expressões desse material se dava também em forma de músicas e poesias em festivais de homenagem a deuses (CECCARELLI, 2011). Assim, a breve recuperação histórica mostra que a pornografia está presente na sociedade desde os tempos antigos, sendo vinculada na atualidade em sites, revistas, contos, jornais, chats de internet e redes sociais, podendo ser relacionada a sexualidade em vários aspectos do desejo, corpo, erotismo e práticas perversas que acabam desumanizando o outro e gerando sofrimento. Dessarte, Sanchez (2012) apresenta que atualmente a pornografia virtual pode ser dividida em alguns segmentos:

- Softcore: está relacionada a produções que geralmente estão ligadas as fotografias de pessoas nuas, porém não envolve atos sexuais. Segundo a autora, o hentai - desenhos oriundos do Japão - também é incluído nessa categoria.
- Mediumcore: Grupo que explora o erotismo sem o ato sexual, está ligada a revistas voltadas para o público masculino onde a característica principal é a postura extremamente erótica de modelos.



- Hardcore: Produções excepcionalmente explícitas entre seres humanos e animais, além disso, pode-se concluir que neste agrupamento é onde se encontram conteúdos de extrema violência, no qual a desumanização é bastante presente.

Logo, Monteiro e Vianna (2021) expõem que em 2019 o site *Pornhub* dispôs de 42 bilhões de acessos, o equivalente a mais de 577 mil pesquisas a cada 60 segundos, assim, as autoras descrevem que o consumo de pornografia virtual é maior que o acesso em redes sociais de grande porte como o *Twitter* e *Facebook*. Conforme Ribeiro (2017), pode-se considerar que a indústria da pornografia movimenta também a economia mundial podendo se relacionar com várias camadas sociais dominantes, influenciando na construção de identidades, comportamentos e relações. A autora diz que é complexo pensar em uma sociedade não pornificada.

Ademais, um relatório feito em 2018 pelo *Pornhub* mostra que teen (adolescente) foi, naquele ano, a sétima categoria mais procurada no site e a décima segunda mais consumida no mundo. Consoante a isso, Duarte (2012) historiciza que em seu cotidiano o ser humano se comporta como se um valor de troca decorresse de alguma propriedade natural de mercadorias, na qual naturaliza algo social, ou seja, o resultado de transformação humana é visto pelos seres humanos como se tivesse uma vida própria, sendo um fenômeno do sistema capitalista e movido por forças da natureza, dessa maneira o ser humano torna-se submisso a algo considerado significativo e que possui poder.

Nesse sentido, saindo do campo individual e analisando de uma maneira crítica, a pornografia abrange vários domínios, que por meio da indústria produz lucro e muitas vezes violência a um público que geralmente apresenta um corte de cor, gênero e idade. Logo, Dines (2010) discorre que as imagens e vídeos envolvendo conteúdos pornográficos participam integralmente da desumanização sistemática de um grupo oprimido e marginalizado pela sociedade.

A pornografia enquanto imagem de referência é capaz de reforçar os papéis, corpos e comportamentos tidos como hegemônicos – as diferenças, quando exibidas, assumem a forma de fetiche. Sua linguagem produz culpa e desqualificação, promovendo os interesses patriarcais (MONTEIRO; VIANNA, 2021, p. 34).

Dessa maneira, nosso trabalho discute a pornografia infantojuvenil e como ela se movimenta no capitalismo tardio e impacta a formação humana, visto que o consumo de pornografia - inclusive a infantojuvenil - se fortaleceu com o advento da internet e pandemia da Covid-19. Segundo a Safernet Brasil (2021), os números de denúncias relacionadas à pornografia infantojuvenil no Brasil aumentou paulatinamente entre janeiro e abril de 2021,

ocasião em que foram encontradas 15.856 páginas de material criminoso, no primeiro quadrimestre do mesmo ano, a organização apresentou que os números de notificações de pornografia infantil voltaram a aumentar consideravelmente, e que entre janeiro e outubro de 2022 os números saltaram de 88.457 para 99.423 denúncias em relação ao ano anterior evidenciando que a pandemia mudou a rotina das famílias, já que crianças e adolescentes ficaram mais tempo expostos a situações de risco e quase sem nenhum método de prevenção à violência sexual.

Conforme Marx (1983), é importante ressaltar que há no mercado um processo de compra e venda de mercadoria no qual mostra-se como uma relação entre objetos, mas que na realidade se articulam com relações sociais, ou seja, o que é apresentado aos sentidos humanos como algo físico entre coisas é uma relação social, entre pessoas que colabora para a construção de processos sociais e naturais que visam a uma produção de mercadoria fundada em corpos que os transformam em mercadorias. A vista disso, Monteiro e Vianna (2021) descrevem que a forma de dominação apresentada pela indústria da pornografia tonifica estereótipos, ditando o que deve ser realizado por homens e mulheres, sendo assim, segundo as autoras a linguagem, afeto e empatia, através da pornografia virtual são transformados em ódio, medo, angústia e aversão. Segundo Vaz (2006) nessa indústria, o corpo, para além da capacidade de consumir, também é consumido, devido ao incentivo e permissão entre a relação corpo e mercado, na qual os indivíduos seguem inseridos sob a ótica de alienação intensificada no capitalismo tardio.

De acordo com Mandel (1982), a fase do capitalismo tardio se constitui a partir de um desenvolvimento posterior à época do imperialismo, ou seja, capitalismo monopolista. O autor relata que o capitalismo tardio tenta elucidar a história do modo de produção capitalista no pós-guerra, demonstrando que leis "abstratas" de movimento permanecem operacionais no seu desdobramento e por consequência, também na história do capitalismo contemporâneo. Posto isto, Mandel (1982) afirma que em relação às características do capitalismo tardio, observa-se o aumento expressivo de estímulos à aplicação de novas tecnologias, além disso, o autor narra a presença de tendências totalitárias nesse sistema, onde a origem se dá no progresso de forças produtivas, possuindo a finalidade de controlar a produção de forma mais geral e centralizada.

Nesse sentido, a superprodução de bens de consumo na época do capitalismo de livre concorrência e o capital excedente em estado latente da era do imperialismo dão lugar, na fase do capitalismo tardio, à superprodução latente de meios de produção enquanto forma predominante das condições econômicas da economia capitalista, embora evidentemente combinada com essas duas formas (MANDEL, 1982, p. 135).

Sendo assim, Camargo (2012) expõe que ao longo de sua história o capitalismo tardio adentrou por diferentes composições e raciocínios, passando pela primeira geração de frankfurtianos e autores como Habermas, Mandel e Jameson. O autor descreve que a relação do pensamento frankfurtiano se deu com a necessidade de entender as transformações na sociedade capitalista, ocasião em que correntes de pensamento influentes como o positivismo e o marxismo soviético, entre os anos de 1920 e 1930, relacionavam-se com o acúmulo de capital. Todavia, a escola de Frankfurt concluiu que essas transformações se tratavam de uma ruptura com o capitalismo do século XIX e objetivavam refletir sobre as categorias marxistas e suas análises sobre o capitalismo liberal, então:

Os fundamentos econômicos desse trajeto da teoria liberal à teoria totalitária serão assumidos como pressupostos: repousam essencialmente na mudança da sociedade capitalista do capitalismo mercantil e industrial, edificado sobre a livre concorrência dos empresários individuais autônomos, ao moderno capitalismo monopolista, em que as relações de produção modificadas (sobretudo as grandes “unidades” dos cartéis, dos trustes etc.) exigem um Estado forte, mobilizador de todos os meios do poder (MARCUSE, 1997, p. 61).

O conceito de capitalismo tardio facilita a elaboração da teoria da sociedade desenvolvida por Adorno e Horkheimer até o final da década de 1960. Para Adorno, o capitalismo tornou-se tardio não só devido ao resultado de um avanço das forças produtivas na qual visava tomar a sociedade como um todo, reduzida somente à técnica como dito anteriormente, mas também quando o Estado passa a ter um novo papel de regulador da economia. Sendo assim, na dialética adorniana observa-se nesta fase do capitalismo uma nova forma de dominação, de maneira em que a racionalidade instrumental agora se expande para outras camadas da vida humana, dessa maneira o capitalismo tardio para Adorno possui relação com a crítica da indústria cultural, uma vez que, além do Estado autoritário, a indústria se apresenta como outra face do capitalismo em fase tardia (CAMARGO, 2012).

Destarte, Camargo (2012) afirma que a transformação da cultura em uma forma de indústria e tendo como pilares a música e o cinema, trouxe reflexões sobre os mecanismos culturais em algo mais do que a crítica tradicional das formas de reprodução de ideologia burguesa. Além disso, o autor relata que não só Adorno, mas Pollock, Horkheimer e Marcuse acreditavam que a regulação burocrática e administrativa da economia daquele contexto histórico se deu a partir da ascensão do nazismo e fascismo. Entretanto, o autor supracitado enfatiza que o capitalismo tardio não é definido somente pela sociedade compreendida por Adorno ou se resume a um fenômeno do início e fim do século XIX, mas pode ser

caracterizado como algo que emergiu da pós-modernidade, denominado por Mandel de terceira revolução tecnológica.

Essa passagem, a partir da segunda metade dos anos 60, dever-se-ia ao esgotamento da terceira revolução tecnológica. Ele caracteriza nos seguintes termos: vimos as razões para a expansão do mercado na época do capitalismo tardio, a terceira revolução tecnológica e a transição da tecnologia produtiva baseada em motores elétricos simples para a eletrônica, a automação e a energia nuclear (MANDEL, 1982, p. 22).

Isso posto, Mandel (1982) diz que as características básicas do capitalismo tardio podem ser resultado das leis de movimento do capital. O autor relata que o nascimento imediato da terceira revolução tecnológica refere-se aos quatro objetivos principais do capital nos anos 30 e 40, sendo assim, a técnica da afirmação vem de uma economia armamentista que segundo Mandel correspondem ao grau particular de desenvolvimento aplicável ao princípio genérico de processos de produção contínuos e automáticos, sem precisar diretamente do contato humano, baseados em princípios cibernéticos em que a velocidade e rapidez de informações se destacam e auxiliam nas tomadas de decisões.

Concomitante às definições apresentadas, Santos (2011) relata que a ideia da necessidade de uma nova configuração social trouxe à tona a esfera cultural, uma vez que esta se mostrou de extrema importância para a sociedade capitalista. Segundo a autora, a cultura que antes era vista, principalmente pelos marxistas, como uma derivação da infraestrutura, agora relaciona-se a um elemento fundamental em uma era composta por signos e mensagens. Pensadores franceses dos anos 60 e 70 se dedicaram sobre os fenômenos do pós-guerra como a emergência da sociedade de consumo francesa e de uma nova cultura relacionada aos signos, que são consequência dos meios de comunicação de massa e do avanço de técnicas da nova conjuntura, posto isto, a autora narra que esses pensamentos levantavam questões sobre um sistema de valores. Além disso, as novas referências procuradas estavam se concentrando na linguagem, representação e na magnitude de discursos, imagens e cultura na vida cotidiana (KELLNER, 1989).

Santos (2011) descreve que a lógica do consumo excede os próprios objetos, construindo-se como uma prática idealista e não como uma prática material. Todavia, a autora diz que no consumo não se chega a uma saturação e nem satisfação plena e que devido a esses processos, conhecimentos como os de necessidade, utilidade e função não passam de ideias criadas pela burguesia, para tampar a lógica de consumo que se mostra na arbitrariedade cultural. Em sociedades que o marketing e a publicidade são dominantes não se compra somente objeto, mas um estilo de vida que emerge um sistema de significados onde os

serviços ofertados aos consumidores expressam modos de viver plenos, oferecendo às pessoas uma falsa sensação de bem-estar e uma sólida identidade social no interior de um universo significativo (SLATER, 2007).

Vale dizer que não consumimos um objeto, mas uma modelização (uma ideia ou sistema) que vem junto com ele. Nesse caso, o consumo não é algo individual, mas uma instituição social, “sistema de valores que assegura a ordenação dos signos e a integração do grupo”, constituindo uma moral e um sistema de comunicação. Não há liberdade no consumo, pois os indivíduos são coagidos inconscientemente pelo sistema de valores e pela estrutura social a consumir (SANTOS, 2011, p. 130).

O consumo como força produtiva provoca problemas históricos fundamentais, mostrando-se por meio de um cerceamento no plano da significação e produção, sendo empobrecedora e dominadora. Logo, de acordo com a autora, quando se discute consumo é quase inevitável falar sobre uma produção industrial de diferenças através da lógica da personalização, que cria indivíduos e grupos sociais diferentes uns dos outros, mas sempre obedecendo uma norma geral de maneira que se conformam no ato de se singularizar. O consumo nasce como um sistema de comunicação e permuta que desempenha a função de integrar a sociedade em uma linguagem, todavia a lógica do sistema é a diferenciação comercializável e industrializada de valores, tornando-as moedas de troca e paralisando possíveis conflitos que deveriam ter entre indivíduos e grupos (SANTOS, 2011).

Ainda em Santos (2011), é anunciado que o sistema de signos sendo uma imposição do sistema capitalista sobre os sujeitos, acabam dominando os mesmos através do consumo. Nesse sistema não há espaço para apropriação humana, criatividade, conflito e comunicação, ou seja, o consumo, coordenado pelo código possui função de integrar, vigiar e controlar as pessoas, é uma lógica em que a racionalidade e abstração se impõem no instante em que o capital se mostra relevante, passando a imperar sobre o dia a dia das pessoas de inúmeras maneiras, seja pelo poder de compra, classe e exploração. Logo, tem-se a reflexão de quais são limites do consumo, o que é considerado mercadoria e quais suas implicações na formação humana.

Iamamoto e Carvalho (1983) descrevem que a questão social perpassa as expressões da constituição da classe operária e de sua inclusão no âmbito político na sociedade, na qual inicia-se o processo por busca de reconhecimento como classe em relação ao empresário e o Estado. É no decorrer do cotidiano e das contradições entre proletariado e burguesia que se passa a manifestar outros modelos de práticas que vão além da caridade e repressão. Considerando os aspectos supracitados, o trabalho pretende demonstrar que a pornografia infantojuvenil é um fenômeno que ultrapassa a questão individual, trata-se de uma produção

coletiva que se agrava com o processo de superexploração no capitalismo tardio, sendo mais uma forma da expressão da questão social, entendida como mais uma violação de direitos da criança e do adolescente. A pornografia infantojuvenil ainda é um objeto pouco estudado, sabe-se que ela está ali presente nas ramificações da exploração sexual comercial, todavia, aspectos como quem são produtores, quem alicia e quais são os métodos utilizados nessa exploração, segue sendo difícil de mapear e prevenir (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

A fim de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que modo a exploração do corpo infantojuvenil na pornografia durante a vigência do capitalismo tardio impacta a formação humana de crianças e adolescentes, apresentamos o caminho metodológico a ser percorrido nesse estudo.

### **1.1 Percurso Metodológico**

Conforme Cervian e Bervian (2002), a ciência é um procedimento que tenta entender e analisar o mundo concreto, a partir de um conjunto de técnicas e linguagem de consciência crítica, que possibilita o pesquisador chegar a diferenciar o essencial do superficial e principal do secundário. Em síntese, a ciência, na humanidade, acontece como uma forma de procurar o porquê de acontecimentos funcionando como uma maneira de analisar e discutir fatos na medida em que se consideram alguns métodos e didáticas (LAKATOS E MARCONI, 2003).

Tendo essa compreensão, esse estudo classifica-se como qualitativo e bibliográfico. Minayo (2007) relata que uma pesquisa qualitativa trabalha com uma realidade que dificilmente será quantificada, portanto, ela estuda dados através da análise de motivos, valores e atitudes de fenômenos da humanidade, a partir de uma realidade social que não se resume apenas a estatísticas, mas trabalha com descrição de símbolos e pensamentos teóricos. Além disso, uma das principais características da seguinte pesquisa é a perspectiva histórica que ela carrega, considerando a realidade de mundo e de vida em uma totalidade, ou seja, a técnica vislumbra de uma visão que objetiva discutir os processos sociais em um conjunto de perspectivas dos fenômenos humanos (FRIGOTTO, 2000).

Desse modo, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) apresentam a necessidade dos (as) cientistas sociais de compreenderem o significado de fontes primárias e secundárias, os autores destacam que as fontes primárias são dados originais os quais possuem relação direta com o que será analisado pelo pesquisador. As fontes consideradas secundárias são as pesquisas de dados que foram estudadas por outros cientistas e que já estão sob domínio da ciência, podendo ser nomeadas de estado da arte do conhecimento (OLIVEIRA, 2007).

Marconi e Lakatos (2003) apresentam que a determinação do tema de pesquisa segue sendo uma das primeiras fases da constituição do trabalho científico, a vista disso, é relevante que o (a) cientista demarque de maneira técnica e objetiva o propósito da questão envolvida naquilo que será pesquisado. Outrossim, as autoras apontam que as fontes para a escolha do tema podem surgir de experiências pessoais ou profissionais, estudos, leituras ou de relações de trabalho com outras áreas da ciência, sempre levando em consideração fatores internos e externos.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada elegeu como objeto de pesquisa as fontes primárias encontradas nos sites de organizações que denunciam casos de exploração e abuso sexual infantojuvenil e legislações em vigor, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente na intenção de qualificar a discussão dos dados, bem como as secundárias, tais como: livros acadêmicos e artigos científicos disponíveis nas plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual Em Saúde). As palavras-chave empregadas nas plataformas Scielo e BVS foram: pornografia, pornografia infantojuvenil, pornografia e psicologia, consumo e pornografia, capitalismo tardio e violência sexual contra crianças e adolescentes, exploração sexual comercial e capitalismo.

A análise dos materiais coletados foi inspirada no materialismo histórico-dialético. Nessa perspectiva, o processo dialético é entendido como uma prática que pode transformar a realidade anterior em um plano histórico-social, a vista disso, a reflexão teórica da realidade não é apenas sobre arte, mas também uma reflexão sobre transformação (FRIGOTTO, 2000). Marx (1983) descreve seu método a partir de uma investigação e práxis. Desse modo, para o pensador é importante não só a lei que controla um fenômeno, mas a modificação e desenvolvimento da mesma, na qual se investigará as consequências evidentes durante a vida social. Posto isto, Marx se propõe a pesquisar as estruturas de relações sociais elucidando as leis que fazem parte do nascimento, existência, desenvolvimento e morte do organismo social, levando em consideração que o ideal é somente algo material determinado por encadeamentos da vida e traduzido no cérebro humano.

Optamos por essa teoria devido a necessidade de se compreender o que se atravessa na formação humana daqueles que foram expostos à violência sexual comercial na pornografia, na infância e a adolescência, na vigência do capitalismo tardio. No texto *Os manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (1985), descreve que a formação humana pode ser descrita entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo como um ser social.

Para Duarte (2017), cada indivíduo se apropria, ao longo de sua história, de algum tipo de linguagem e formas de relações cotidianas, sendo essas interações determinantes para as objetivações do gênero humano e importantes para uma sobrevivência segura. Posto isso, faz-se necessário estudar o fenômeno da pornografia infantojuvenil por meio de um olhar coletivo e crítico, uma vez que esse fato social se acentuou durante o processo de globalização e colaborou para o surgimento de instrumentos que estimulam e investem no consumo e mercantilização de corpos gerando sofrimento em sujeitos que são superexplorados nesse sistema.

No que se refere a estruturação desse trabalho de pesquisa, destacamos que foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro capítulo, denominado *Aspectos históricos fundamentais da infância e adolescência diante da violência sexual e rede virtual* buscamos trazer o arcabouço teórico da psicologia e de outras ciências acerca da violência sexual e assim expor as características centrais da problemática em torno da pornografia infantojuvenil.

No segundo capítulo, intitulado *Os desdobramentos da sociedade perante o capitalismo e consumo*, apresentamos os períodos e movimentos do capitalismo, mostrando as características da sociedade do consumo e aspectos necessários acerca de questionamentos sobre a globalização.

Quanto ao terceiro capítulo, nomeado *Construção do gênero humano e sua dinâmica relacional com a pornografia infantojuvenil* discutimos a relação entre esse consumo em massa, capitalismo tardio e a pornografia infantojuvenil, debatendo como essa tríade afeta a formação humana e o que temos enquanto política pública para o enfrentamento da violência sexual e da pornografia, em especial.

Para finalizar, é evidenciado nas considerações finais os desafios em elaborar a pesquisa, atentando-se ao fato de ser um assunto relativamente novo na psicologia, necessitando ser aprofundado sob a perspectiva crítica, valorizando o ser como um agente social e transformador. Procuramos elucidar de que forma o corpo infantojuvenil é tomado como mercadoria na pornografia e os efeitos disso na formação humana.



## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL E REDE VIRTUAL

*As bocas pequenas calam,  
 Mas aperta o peito que sabe sem saber,  
 E choram os olhos rosas que ganharam espinhos:  
 Rasgou as minhas páginas,  
 Manchou o meu livro.  
 Hoje o homem da terra  
 Me roubou o meu hoje e amanhã,  
 A pipa e o corpo,  
 O tempo e riso.  
 Me roubou de mim (Andressa Alves Caram, 2020).*

A psicologia, enquanto ciência, possui um papel importante ao analisar a violência, sobretudo a violência sexual contra crianças e adolescentes. Sawaia (2004) afirma que reduzir a força da violência significa aumentar uma potência de vida, da qual a psicologia deve compreender e agir com veemência, seguindo os preceitos da individualidade, subjetividade, afetos e das relações entre políticas que se erguem no dia a dia através dos mecanismos de poder.

A violência contra crianças e adolescentes é uma negação dos direitos que esses sujeitos possuem de serem tratados como indivíduos que ainda estão em suas fases iniciais de desenvolvimento humano. Além disso, esse fenômeno está relacionado a atos de negligência por parte dos responsáveis e instituições das quais propiciam algum tipo de dano sexual, físico ou psicológico à vítima. Permeando desde os primórdios da civilização, a violência contra crianças e adolescentes está intimamente ligada à uma coisificação da infância expressando-se em diversas culturas e contextos humanos (MINAYO, 2011).

O conceito de infância e adolescência foi sendo alterado ao longo dos séculos, possuindo de acordo com o contexto da época um significado diferente. Faleiros e Faleiros (2008) relatam que é necessário destacar que o contexto social em que as crianças e adolescentes estão inseridos também modifica a forma de vivenciar essas etapas. Os autores exemplificam que na Grécia Antiga, filhos dos considerados cidadãos tinham acesso à arte, música e leituras, em contrapartida os filhos dos escravos tinham uma vida oposta, expostos à fome e exploração, deixando evidente que desde os tempos mais antigos a questão da classe dita quais sujeitos podem ter acesso a certas atividades e quais devem ser excluídos e vistos como seres inferiores.

Já no Império Romano, as crianças permaneciam misturadas entre si e sob cuidados de seus responsáveis até que completassem doze anos, depois disso havia uma separação de gênero, da qual as meninas eram entregues para casamentos e os garotos tinham como destino

a carreira militar e cultural, entretanto essas regras, assim como na Grécia só poderiam ser aplicadas na nobreza, logo, a plebe e escravos também ficaram em situação de extrema vulnerabilidade. Na Idade Média os colégios aparecem, entrando como papel educacional e as famílias começam a experimentar algumas relações de afetividade, sendo que o Estado e a Igreja entram no cenário como um pilar para a educação de adolescentes e crianças (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Ariés (1978) destaca que na época Medieval, a infância costumava não ser retratada, não se tinha um sentimento em torno dessa fase como o que se tem hoje, era como se não tivesse lugar para ser criança/adolescente no mundo, posto isto, quando apresentavam uma postura física considerada saudável eram expostas a situações de trabalho para que auxiliassem na sobrevivência da família. O historiador aponta que entre os séculos XV e XVI, a chegada de uma nova criança na família não era pensada ou significada em razão da alta mortalidade infantil, logo as famílias já tinham em sua dinâmica o pensamento de que aquele indivíduo poderia morrer a qualquer momento e que o mesmo poderia ser substituído por outro (ARIÉS, 1978).

No Brasil, segundo Ramos (2002), durante a epopeia marítima do século XVI, as crianças embarcadas para o país vinham como grumetes, pajens e órfãs e eram enviadas por parentes, para se casarem com súditos da Coroa ou para obter algum tipo de ascensão social. Todavia, o ambiente marítimo era bastante hostil e propiciava diversas violências contra essas crianças, sendo os abusos sexuais frequentes e cometidos por tripulantes e piratas que, quando invadiam a embarcação, exploravam e escravizavam essas crianças até o fim da vida. A igreja compactuava com atos de sodomia<sup>2</sup> e mesmo a pedofilia sendo considerada crime, era uma violência recorrente, sendo as garotas entregues a senhores de engenhos e transformadas em mucamas quando entravam na adolescência e quando crianças, obrigadas a realizar trabalhos domésticos e agrícolas.

Passetti (2000) descreve que as discussões sobre ser criança iniciaram-se com o Renascimento Italiano, foi nessa época que começou a se pensar na educação desses sujeitos, ocasião em que a criança passa a ser caracterizada como algo em formação, além disso, emergiu questões sobre lazer e interação com pessoas da mesma faixa etária (ARIÉS, 1978). Minayo (2001) explica que para que fossem de fato considerados sujeitos de direitos, foram precisos vários movimentos históricos em torno da criança e do adolescente, do qual

---

<sup>2</sup> De acordo com Pieroni (2011), sodomia possui uma historicidade que nos remete significações distintas desde séculos atrás até atualmente. Portanto, no contexto empregado trata-se de uma lógica inquisitorial relacionada ao racionalismo escolástico, ou seja, a sodomia era considerada uma heresia, uma expressão dita como o auge no que até então era considerada um pecado de luxúria, que atentava contra uma ordem natural divina.

iniciaram-se em 1789 com a Revolução Francesa e se fortaleceram com o movimento feminista e de cidadania da infância e adolescência.

Faleiros e Faleiros (2008) relatam que durante o Iluminismo novos ideais foram aparecendo e devido ao crescimento urbano exacerbado os sujeitos ficaram cada vez mais anônimos e distantes. Foi durante o século XIX que a adolescência passou a ser mais delimitada, sendo que as famílias eram nucleares, heterossexuais e patriarcais. A figura masculina detinha o poder sobre filhos e esposa, além disso, nesse período as famílias ricas começam a tirar seus filhos dos colégios em razão de convicções morais e as famílias mais pobres enxergam a possibilidade de enviar os seus para os internatos.

Ainda de acordo com os autores, em meados do século XX, iniciou-se um processo intenso de exploração do trabalho infantojuvenil que resultou em diversos dilemas em torno da saúde de crianças e adolescentes. Seguindo as premissas do capitalismo industrial, esses sujeitos trabalhavam cerca de 16 horas por dia, sendo que crianças e mulheres, por serem considerados mais "fáceis" de lidar, custavam menos que os homens ao dono dos meios de produção. Enquanto um homem custava entre 18 e 45 xelins por semana, três meninos de 13 anos estavam na faixa de 6 e 8 xelins; o que tornava, aos olhos do Capital, o trabalho mais lucrativo e rentável devido ao aumento de preço da produção (MARX, 1983). A partir dessa realidade de exploração da mão de obra infantil, surgiu, também no século XX, a produção de um conhecimento de constituição infantil e proteção integral (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Diante da breve historicização realizada, fica evidente a necessidade de se discutir as violências que podem acometer crianças e adolescentes no contexto brasileiro. É imprescindível que se levante questões sobre esse fenômeno e como ele afeta no desenvolvimento do sujeito que teve seus direitos violados. Deslandes e Lima (2011) historiam que foi por meio do movimento feminista e da Organização da Sociedade Civil em prol dos direitos humanos, que em 1990, o Ministério da Saúde engendrou políticas de prevenção e tratamento das consequências da violência sexual contra adolescentes, crianças e mulheres.

Outros marcos importantes são a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como a aprovação em 2000, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do primeiro Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, que desde 2003 vem sendo atualizado. Ocorre que apesar de já existirem serviços de enfrentamento à violência e garantias legais que asseguram a proteção de crianças e adolescentes, esses sujeitos ainda permanecem sofrendo

diversos tipos de violência. Sendo assim, o dilema do passado ainda está posto no presente com diferentes roupagens, mas acompanhado de antigas demandas e questões. Portanto, o foco das análises a seguir se dará em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes, mostrando como ela se entrelaça no tempo presente da realidade brasileira.

Isto posto, Faleiros e Faleiros (2008) entendem que a violação sexual contra crianças e adolescentes segue sendo um abuso delituoso do qual nega o direito infantojuvenil de viver sua sexualidade e desenvolvimento. Os autores afirmam, que o poder do adulto sobre esses sujeitos acaba desestruturando a identidade da criança e adolescente, o que pode ter como característica principal o comportamento perverso. Ela se constrói de duas maneiras: contato físico na qual está ligado a penetração oral, anal ou vaginal e sem contato físico, através da exposição a material pornográfico ou alguma forma de erotização pela linguagem em ocasiões que se tornam constrangedoras.

A violência contra crianças e adolescentes está atrelada a situações de poder, que envolvem situações de força e desigualdade social que são prejudiciais para a construção enquanto sujeito na sociedade, assim, o abusador se aproveita da violência e das relações de dominação, privando a criança e ao adolescente de liberdade e cuidado (VECINA; CAIS, 2002). Portanto, Faleiros e Faleiros (2008), afirmam que durante essa violência são estabelecidas diferentes formas de relações, dentre elas:

- Mudanças socioafetivas nas relações entre adultos e crianças/adolescentes ao transvertê-las em relações violentas, comerciais e genitalizadas;
- Confusão nas crianças e adolescentes sobre qual o papel dos adultos que acabam perdendo suas funções e representações sociais;
- Redefinição das relações entre os adultos, fazendo que eles se tornem desumanos (ao invés de humanos), negligentes, narcisistas e desestruturantes;
- Instaura, no sujeito violentado, estruturas psíquicas morais deturpadas, sobretudo nos casos de exploração sexual.

Villela (2016) diz que no Brasil há cerca de 17,5 mil crianças e adolescentes vítimas de violência sexual por ano, o equivalente a 50 por dia. Outrossim, esse quantitativo refere-se a dados que são notificados, pois segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), ainda existem casos que não são denunciados, o que dificulta uma exatidão quanto as informações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Além disso, Faleiros (2004) salienta que os abusos podem ocorrer em diferentes lugares como dentro da família (intrafamiliar) e fora dos vínculos familiares (extrafamiliar). As informações divulgadas também pelo FBSP (2022) expõem que a violência sexual

infantojuvenil acontece em sua maioria no ambiente intrafamiliar, compondo uma porcentagem de 82,5% contra 17,5% da extrafamiliar. Ademais, cerca de 95,4% dos agentes violentos são do sexo masculino, como pai, irmão ou padrasto.

A figura masculina na dinâmica familiar desempenha na sociedade um lugar de autoridade e poder do qual, aproveita de seus privilégios patriarcais para ditar uma ordem de lei que acaba sendo referência durante a utilização desse poder, ou seja, essa forma de sociedade patriarcal e adultocêntrica opera nas relações das vítimas com os abusadores, resultando em aspectos de desigualdade, dominação de gênero, de gerações e no que diz respeito afetividade e desenvolvimento psicossocial do sujeito (LIBÓRIO, 2003; PEREIRA, 2013; SILVA E MENEZES, 2019).

Em relação a faixa etária das vítimas, o FBSP (2022) apresenta que 85,% são representadas pelo sexo feminino, o que não significa que meninos também não podem vir a ser violentados, pelo contrário, o Fórum revela que, até os 6 anos de idade o número de meninos violentados é maior que o de garotas, mas conforme a idade desses garotos vai avançando as denúncias vão diminuindo. Alaggia e Millington (2008) expõem que o processo de denúncia dos meninos pode ter ligação com as normas sociais de gênero, no qual declara que possivelmente homens não sofrem esse tipo de violência ou que devem manter uma postura masculina viril, forte e reclusa diante de seu sofrimento. Destarte, se porventura forem vítimas são orientados a não reportarem, o que impede a notificação de dados e ajuda profissional adequada. As regras impostas ao gênero e distorções sobre a sexualidade podem acabar sendo uma característica importante no que tange as subnotificações de meninos violentados (KEATING et al., 2005).

A vista disso, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), essa questão é diferente para as meninas, já que à medida que a idade vai aumentando concomitantemente as denúncias também. Saffioti (2000) percebe que o poder do homem sobre o corpo feminino possui relação direta com a hegemonia do ser masculino como dono de toda força e virilidade, portanto, é apresentada através de relações sexuais forçadas, agressões e violências psicológica, físicas e morais. Dessa forma, a subjetividade dessa menina vítima de abuso é muitas vezes ordenada através de uma divisão sexual do trabalho que se relaciona com a sexualidade, da qual perpassa a exploração sexual comercial (SILVA; ALBERTO, 2016).

No que diz respeito à raça/cor/etnia, o FBSP (2022) registra que 49,7% de meninas brancas notificam o abuso, depois as meninas negras com 49,4%, em seguida 0,5% das que se declararam amarelas e 0,4% indígenas. Visto que o número de casos de meninas brancas se sobrepõe a de meninas negras, no próprio Anuário esta questão é problematizada, colocando o

dilema posto como a hipótese de haver uma subnotificação em relação às meninas negras, já que mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica e feminicídio no país.

O estudo intitulado: *Visível e invisível: a vitimização de mulheres negras no Brasil* retratou que mulheres brancas são vítimas de violência no espaço privado, enquanto as mulheres negras sofrem em espaço público e privado (DATAFOLHA; FBSP, 2017; 2019). Kilomba (2019) apresenta que o debate da violência acerca apenas do gênero pode fazer com que as reivindicações de mulheres negras sejam classificadas como ilegítimas, enquanto a de mulheres brancas sempre se sobressaia como universais e pertinentes. Além disso, a autora reflete que ainda há situações em que o racismo impera e solidifica hierarquias, o que dificulta o enfrentamento à violência. É significativo dizer que a historicidade dessas violências com a mulher negra e as consequências de práticas de controle, tortura e de desubjetivação da época escravocrata ainda se perpetuam, provocando intenso sofrimento e desumanização.

No que tange ao trabalho da psicologia na complexidade do fenômeno da violência sexual, Matín-Baró (1996) vai dizer que essa ciência está ali para se fazer presente e procurar respostas para transformar, através do seu saber/fazer, as relações opressoras e produtoras de violência. Portanto, o combate ao abuso sexual está também pautado na perspectiva interdisciplinar e em rede intersetorial, da qual estimula o compartilhamento de responsabilidades e a extensão de redes de proteção comunitária e familiar, objetivando a diminuição de vulnerabilidades e violações. Sendo assim, o profissional da psicologia privilegia a escuta, acolhimento e planejamento de ações para a minimização do sofrimento decorrente da questão, sem deixar de lado o compromisso ético e social e o entendimento de ser humano integral (ZANIANI; ANDRADE, 2020).

É pertinente ressaltar os impactos psicossociais que decorrem da violência sexual contra crianças e adolescentes e que os sinais apresentados dessa violência podem ser físicos, psicológicos e comportamentais. Segundo Marcelli (1998), dentre o grupo de sintomas físicos engloba-se inflamações nas genitais, infecções sexualmente transmissíveis, hematomas, dificuldade ao caminhar e/ou para urinar. Já os psicológicos estão relacionados ao desenvolvimento de estresse pós-traumático, quadros de depressão, ansiedade e distúrbios de sono e personalidade (HABIGZANG; CAMINHA, 2004).

Habigzang et al., (2006) ainda expõe que dissociação, baixo rendimento escolar, medo, vergonha, ideação suicida e hipersexualização também podem estar incluídos nos sinais de identificação de algum abuso. Silva e Almeida (2016) apresentam que na violência sexual, o corpo é negado de várias maneiras, pois quando o indivíduo é invadido e obstruído de fazer o que deseja, desrespeitando sua formação e vontades, ele entra em um processo de

estigmatização e baixa autoestima, que o impede de enxergar-se como um sujeito de potência, acarretando processos de muito sofrimento e dor. Os autores afirmam que esse encadeamento acontece prioritariamente em vítimas de exploração sexual comercial.

Como dito anteriormente, a exploração sexual comercial é um dos tipos de violência sexual que possui como característica principal a mercantilização dos corpos, inclusive os infantojuvenis. Em vista disso, Faleiros e Faleiros (2008), descrevem que a ESC (exploração sexual comercial) possui suas ramificações, que são elas: turismo sexual, tráfico de pessoas, prostituição e a pornografia infantojuvenil. As discussões postas terão a pornografia infantojuvenil como tema central de análise. Os autores citados salientam que é considerável que a pornografia infantojuvenil participe de um comércio eletrônico ilegal do qual abrange desde atividades amadoras, até redes criminosas de alta complexidade. Logo, por ser um crime que envolve o mundo cibernético fica ainda mais difícil elaborar métodos eficazes de enfrentamento. Além disso pode estar relacionada a tráfico de crianças e adolescentes para finalidades sexuais e ser vendida em tempo real, inclusive há casos relacionados também a necrofilia<sup>3</sup>.

Assim sendo, Pfeiffer (2022) afirma que o acesso a pornografia infantojuvenil no meio virtual pode se dar de diversas formas, dentre elas estão:

- Grooming: é uma representação da violência sexual virtual, na qual os aliciadores, de forma progressiva se aproximam da criança e adolescente através da Internet e procuram saber quais as características principais da vítima, se os pais são presentes, tipo de linguagem que o sujeito usa, o que gosta de comer, onde moram, estudam, idade. Logo, a partir de uma confiança já estabelecida e informações privadas conseguidas, o aliciador começa a ameaçar a criança/adolescente deixando o mesmo com a sensação de impotência contra seus abusadores;
- Sexting: é caracterizado quando há imagens e vídeos íntimos, em um relacionamento entre adultos e consensual entra como um jogo sexual combinado, já em relação à infância e adolescência é um crime e requer cuidado e observação;
- Sextortion: é a junção da palavra sexo com extorsão, quando há constrangimento, chantagem e até ganhos financeiros para os agentes violadores.

Ainda conforme a autora, a exposição de crianças e adolescentes a esse tipo material introduz uma sexualidade distorcida da realidade, podendo influenciar na formação do psiquismo infantil e fazendo com que o sujeito elabore esses conteúdos por meio da violência,

---

<sup>3</sup>Descrito pelo DSM-5 como um transtorno parafilico especificado, a necrofilia, segundo Moscatello (2010), se particulariza pela atração e ganho sexual por meio de cadáveres.

que é perturbadora, traumática e viciante. Alertas de cuidado devem ser feitos principalmente a adolescentes em relação a redes sociais, devido a mecanismos de tecnologia de montagem que permitem a utilização de partes do corpo para materiais pornográficos, incluindo falas e gestos em pornografia pesada, a partir de perfis falsos na internet. Então seria interessante medidas de educação infantojuvenil para o uso adequado da internet, não para censurá-los e escondê-los do mundo, mas para que consigam ter um discernimento quanto ao cuidado legítimo com seu corpo e saúde, de acordo com sua idade e fase de desenvolvimento.

Conforme o TIC Kids Online Brasil (2020), 94% das crianças e dos adolescentes entre 10 e 17 anos possuem algum contato com Internet no país, dessa maneira o acesso às redes sociais e plataformas digitais aumentaram demasiadamente entre esse público em 2020, período de auge da pandemia da Covid 19. Segundo a referida associação, o crescimento do Instagram foi em torno de 64% e o WhatsApp 86%, além da popularização de novas redes como o TikTok, caracterizado pelo compartilhamento de vídeos curtos, o que não garante que dados confidenciais e violências sejam difundidas.

Pfeiffer (2022) destaca que a internet proporcionou avanços significativos para a humanidade, como contato com outras culturas, princípios e formações, todavia ela está fervorosamente atrelada aos meios de consumo que impactam, através da compra e uso de mercadorias, o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. A autora descreve que foi criando-se formas de vislumbrar os relacionamentos interpessoais e coletivos, sendo diversas as possibilidades de viver, de se recriar e até mesmo se esconder, todavia esses instrumentos podem tornar-se alienantes e fantasiosos. Sendo assim, no próximo capítulo discutiremos essas possibilidades de vida, através da ascensão da globalização e sociedade do consumo.



### 3 OS DESDOBRAMENTOS DA SOCIEDADE PERANTE O CAPITALISMO E CONSUMO

*O mundo já possui o sonho de um tempo. Para vivê-lo de fato, deve agora possuir consciência dele (Debord, 2016).*

Mandel (1982), apresenta que o modo de produção capitalista se desenvolveu a partir de uma estrutura socioeconômica específica e em diferentes áreas como, na Europa Ocidental, Europa Oriental, Ásia Continental, América do Norte, América Latina e Japão. Essas sociedades burguesas emergiram ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, diferenciando os modelos de produção e fundando um sistema de validade universal de desenvolvimento de leis combinadas e desiguais. As formas de organização social anteriores possibilitaram a instituição do modo de produção capitalista e suas fases, tais como: o capitalismo de livre concorrência, o capitalismo monopolista/imperialismo e o capitalismo tardio (MANDEL, 1982).

Ainda de acordo com o autor, o capitalismo de livre concorrência foi a era em que a produção direta de mais-valia se restringia a Europa Ocidental e América do Norte, no entanto a acumulação primitiva de capital acontecia paralelamente em outras regiões de uma forma irregular. A produção têxtil feita por camponeses naquelas áreas foi aniquilada por regiões desenvolvidas, já à indústria doméstica alinhava-se a crescente indústria fabril, sendo a etapa em que o capital estrangeiro não conseguiu ser dominante nos processos de acumulação. Para além, essa fase é marcada pela união com o mercado mundial e pelas altas condições de subdesenvolvimento que resultaram em consequências negativas para a acumulação primitiva de capital em países como Itália e Japão. Houve, então, uma alteração de mercadorias produzidas em situações de alta produtividade para baixa produtividade, o que ocasionou desigualdades relacionadas ao trabalho. Passou-se a se produzir mais em menos condições, possibilitando uma defluência, ou seja, o fluxo de capital das regiões agrícolas exploradas pelas indústrias favoreceu, no entanto, a Europa Ocidental.

Já no imperialismo, as regiões que antes não eram capitalizadas também iniciaram o processo de reprodução do capital Ocidente, a partir disso, foi a exportação do capital de países imperialistas que determinou os movimentos econômicos do denominado terceiro mundo, do qual era obrigado a complementar as necessidades capitalistas em países metropolitanos, sendo uma consequência direta dos investimentos que as próprias regiões metropolitanas faziam em torno do capital e por isso ligavam-se aos interesses da burguesia imperialista. Nesse período, o capital se limitava a criação de mais-valia relativa só

conseguindo produzir se a contrariedade das consequências da produtividade acrescida sobre os preços da mais valia fossem paralisadas (MANDEL, 1982).

Concomitante a isso, o capitalismo monopolista relacionava-se diretamente com um poder de pressão para com o Estado, os monopólios começam com um controle virtual da política econômica e externa dos Estados nacionais, desse modo, são abertas as possibilidades da burguesia administrar esses Estados de uma maneira mais iminente, diferindo do que antes era o capitalismo de livre concorrência. A partir do capitalismo monopolista originou-se um setor de classe operária que possui como característica uma maior participação para alianças com a aristocracia operária. Essa aristocracia ofereceu uma base social para o chamado reformismo contemporâneo enquanto o capitalismo disponibilizou outra parte. Nesse sistema houve uma mudança das forças de trabalho nas indústrias para o setor de serviços, o que resultou em queda de valor dos bens que vinham da força de trabalho afetando, também na queda do valor dessas mesmas forças estendendo-se até a década de 70 (LESSA, 2014).

No que tange a mais-valia, há duas formas de explorá-las, por meio da forma absoluta e relativa. De acordo com Lessa (2014), durante o capitalismo monopolista não é visto grandes diferenciações entre elas, já que o que importa para o burguês é somente o lucro e não como essas classificações impactam nas expropriações dos trabalhadores, sendo, nesse período articuladas de maneira combinada e só nos países imperialistas expandidos e complementados.

Concomitante a isso, Mandel (1982) descreve que o imperialismo deteve duas classificações, a pré-imperialista e a era clássica. Na primeira, a aglomeração de produção junto com a exportação de matérias primas controladas pela burguesia era somente uma justificativa para a substituição do pré-capitalismo de produção, seguindo, portanto, os ideais da burguesia, Na era clássica iniciou-se uma construção de alianças políticas entre o imperialismo e as oligarquias locais, acarretando no desligamento das relações pré-capitalistas de produção no campo.

Diante disso, Mandel (1982), descreve que a exportação imperialista de capital suprimiu o desenvolvimento econômico do então dito terceiro mundo, devido a captação de recursos locais para acúmulo de capital primitivo e através de um esvaziamento que Mandel qualifica de "qualitativamente acrescido", além de congregar recursos considerados remanescentes em setores que davam vazão ao "desenvolvimento do subdesenvolvimento", ou seja, o imperialismo possui como característica central, a exploração de colônias por metrópoles, do qual resultava em um mapa de concorrência entre os impérios que estavam a procura de monopólios (ALMEIDA, 2018). Destarte, a próxima fase possui relação ao então

capitalismo tardio, que seria a etapa caracterizada pela exploração de produção menos desenvolvida tecnologicamente por setores de tecnologias mais avançados ligando-se, portanto, ao segmento de globalização e pós-modernidade que converteu as ciências e tecnologias a uma estrutura mercadológica e supercapitalizada (ALMEIDA, 2018).

Mandel (1982) explica que é durante o capitalismo tardio que é exposta a vulnerabilidade da burguesia em traçar um plano de modernidade. O pós-guerra balizaria o fim das funções civilizatórias do capital, logo com o esvaziamento das ditas potências do capital dá-se início a uma crise, mostrando que se o capitalismo ainda está de pé, é de uma maneira perversa e rodeada de desigualdades sociais, culturais e alienantes. Além disso, o economista denomina esse período como um longo processo de estagnação, por isso, a supercapitalização segue sendo um dos pilares desse modelo econômico. Para continuar sua ampliação é preciso procurar novas formas de domínio de vida, da qual podem ser modificados e remodelados em meros produtos que se tornam objetos de consumo decididamente fetichizados. Dessa forma:

O objeto fetichizado é o que detém a centralidade interpretativa, pois o sujeito se encontraria fragmentado diante do mundo em que ele não é dirigente do processo de entendimento e sim dirigido, ou ainda, que a centralidade está no próprio fenômeno (MENEZES, 2020, p. 36).

Desse modo, Jameson (2006) conclui que durante o capitalismo tardio houve uma expansão da cultura de maneira que se começaram a absorver alguns métodos da sociedade de mercado, o que não mais a caracterizava como algo limitado pelos tradicionalismos ou experimentações, mas em um produto a ser consumido durante o cotidiano humano em rituais de compras estimuladas pela grande mídia, por meio da alta do marketing. Logo, livros e jornais passam a ser progressivamente “substituídos” por filmes e televisão, então, inicia-se o processo de mercantilização da educação, onde as universidades e escolas passam a ser vistas como fábricas recheadas de parafusos e mecanização (MANDEL, 1982). A vista disso, Marcuse discute:

Não obstante, essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência (MARCUSE, 1982, p. 14).

Diante dessa argumentação, Peixoto (2011) traz que nessa estrutura há um controle que une os elementos de uma existência pública e privada administrando, enfim, os instintos

humanos. De acordo com o autor é nesse período histórico que a liberdade dirigida e a repressão de sentidos transformam-se em técnicas inenarráveis para o aumento desenfreado de produtividade, diferenciando-se dos outros períodos anteriores pelo modo de sujeitar as forças sociais críticas por meio da tecnologia e não pela força explícita. Dentro dessa fase há uma uniformização e padrões que seguem normas comuns, colocando pessoas e objetos na mesma posição, expressando-se sob a satisfação de obrigações individuais (MARCUSE, 1982).

Por conseguinte, é imprescindível que ao abrir discussões sobre capitalismo tardio, sejam também feitas reflexões a respeito da pós-modernidade, que está intimamente ligada a essa etapa do capitalismo. Menezes (2020), expressa que a pós-modernidade é uma maneira de enxergar e interpretar o mundo, sendo uma ideia própria da burguesia para ainda defender os fardos do capitalismo. É uma forma de acabar com as possibilidades de grandes movimentos para a classe trabalhadora, sendo viável de acontecer somente através do consumo e lutas individuais. Por esse motivo, a pós-modernidade pode ser, também, um conglomerado de ideias e princípios individuais antigos.

Outrossim, Eagleton (1998) elucida que o pós-modernismo difere da pós-modernidade. Segundo o autor o pós-modernismo concerne, de modo geral, a um molde de cultura contemporânea, já a pós-modernidade faz alusão a uma fase histórica que surgiu de uma mudança no capitalismo no Ocidente, que utilizando da descentralização da tecnologia, indústria cultural e de serviços definem um conjunto de políticas e práticas de identidade. Nessa perspectiva, a pós-modernidade faz ligação com as relações sociais fetichizadas da sociedade capitalista, retirando do indivíduo sua função histórica e de classe e seu entendimento perante as mudanças que podem ocorrer em uma realidade de exploração, que contribui ativamente para a atualização das relações dominantes vigentes no Estado (MENEZES, 2020).

Anderson (1989) disserta que a pós-modernidade dispõe a culpa pelos fracassos do sistema global ao racionalismo do século XVIII e ao conhecimento técnico-científico do século XX, para assim, disfarçar que sua maior preocupação seria anular o marxismo e seu plano de expansão e emancipação do homem, portanto, pode-se afirmar que essa ideia burguesa é uma negação da história da qual fragmenta o tempo presente e estimula o processo de mundo globalizado e consumidor de mercadorias. Assim, em relação ao processo de globalização, é válido ressaltar que não é somente mais um artifício de força econômica do capitalismo, mas também um mecanismo que através de uma força civilizatória alimenta e sustenta uma estrutura social (RETONDAR, 2007).

A vista disso, Chesnais (1996), afirma que o termo "global" como adjetivo surgiu no início dos anos 80, cunhado por grandes empresas e se desenvolveu entre consultores de marketing e estratégia. O autor afirma que setores econômicos e financeiros adotaram o contexto da palavra, que em pouco tempo se destacou no discurso neoliberal. Desse modo, Ianni (1997) entende a globalização como uma nova percepção de reprodução do capital emergente principalmente após a segunda guerra mundial, período em que se abriram as portas para a produção de capital em escala mundial, ou seja, apesar do senso comum teorizar que o fenômeno é algo recente, a globalização já era estudada nos séculos XIX e XX por pensadores marxistas, focados em explicar os instrumentos da acumulação de capital e ampliação dos monopólios imperialistas Ianni busca expressar novas definições com a finalidade de caracterizar as modificações históricas mais recentes no capitalismo, conforme segue:

Aldeia global, cidade global, comunicação virtual, desterritorialização, redes de corporações, nova divisão internacional do trabalho, neofordismo, acumulação flexível, zona franca, mercado-mercadoria e moeda global, planejamento global, sociedade civil mundial, cidadania mundial, exército industrial ativo e de reserva global, pensamento universal (IANNI, 1996, p. 50).

Mancebo (2000) descreve que é por entre imagens, sons e informações padronizadas com produtos híbridos de entretenimento e de referências à cultura burguesa clássica que a cultura de massa vai sendo organizada e controla os cidadãos. Sodré (1994), narra que a informação tecno produzida transverte-se em ação tecno dirigida, essas ações são medidas disciplinarmente, multiplicadas a exaustão e fornece aos sujeitos várias escolhas, porém descartam as relações primárias entre os outros, devido a integração virtual aos circuitos comunicacionais. O autor mostra que estas ações controlam os cidadãos no trabalho, em casa, lazer, mas apresenta-se oculta de práticas políticas dos sujeitos.

Por esse ângulo, podemos perceber o imaginário que se tem sobre o mundo globalizado e o que de fato ele proporciona e constrói em larga escala, através da expansão de mercados e de consumo, oferecendo-se como pilar para constituição de gostos e representações no vasto mundo da sociedade de consumo (RETONDAR, 2007). Sendo assim, a sociedade de consumo escancara os motivos e aspectos históricos pelos quais o ato de consumir tornou-se um fato tão característico da sociedade contemporânea, respondendo questões sobre processos subjetivos e dilemas que levam a prática de um consumo através do desejo e poder, pois, de acordo com a lógica capitalista quem pode consumir mais os melhores produtos, também dispõe de um valor social, cultural e econômico sobre outros que

acabam se vendo em situações de vulnerabilidade e hipossuficiência. Nessa perspectiva cria-se a ideia de consumir muito em pouco tempo, devido a inserção de novas marcas e tecnologias em um método quase que "descartável" (RUSCHEINSKY; CALGARO, 2010). Logo, Martins relata a seguinte questão:

A lógica capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (MARTINS, 1997, p. 30-32)

Baudrillard (1995) discorre algumas características desse tipo de sociedade, uma delas relaciona-se ao número de mercadorias produzidas, são tantas opções que o sujeito se ilude com uma falsa ideia de que todos podem ter o mesmo acesso. O sociólogo relata que esse imaginário de liberdade impede que os indivíduos reflitam sobre as desigualdades e busquem a transformação social. A venda de estilos de vida utópicos com a promessa de felicidade faz com que os indivíduos sejam dominados pelo consumismo, acreditando terem controle sob suas próprias escolhas, no entanto, estão sendo alienados da realidade, buscando sempre algo novo que os classifiquem como membros de um grupo social que supostamente os trarão vantagens.

Assim sendo, Debord (2016) expõe:

Na imagem da feliz unificação da sociedade pelo consumo, a divisão real fica apenas suspensa até a próxima não realização no consumível. Cada produto específico, que deve representar a esperança de um ato fulgurante para enfim aceder à terra prometida do consumo total, é apresentado cerimoniosamente como a singularidade decisiva (DEBORD, 2016, p. 46).

Ainda conforme Debord (2016), o produto visto como de qualidade só permanecia a ser visto assim por ter sido posto em um lugar de centro da vida social, como se fosse um enigma descoberto no objetivo de produção. O autor descreve que esse objeto que antes era percebido com grande fascínio, torna-se, no espetáculo apenas mais um dentre outros considerados "vulgares", já que a partir do momento que adentra na casa de um consumidor, também entra na casa de vários outros. Outrossim, Debord (2016) ainda descreve sobre a existência de uma unidade irreal e outra real, da qual a primeira fornece vazão para a segunda se debruçar sobre os modos de produção capitalista, estabelecendo, portanto, que o poder abstrato da sociedade formula uma não liberdade concreta.

Dessa forma, Ruscheinsky e Calgaro (2010) explicam que nessa sociedade a inconstância é uma ferramenta bastante presente, existindo uma rapidez nas relações sociais, amorosas e pessoais que também perpassam o sujeito e consumo. Segundo os autores, o que se destaca é a satisfação que se tem ao conseguir algo através da lógica do lucro, portanto, os sujeitos observam a vida como se a realidade fosse cercada de atores em cima de um palco, que vai condicionando vontades e ações em razão de um imaginário referenciado através de um mercado que orienta e dita ordens sociais. Assim, nessa fase a vida social está totalmente engendrada em resultados que difundem o *ter* para o *parecer*, de modo que o *ter* absorve sua funcionalidade e notoriedade, então, para vivenciar o real é necessário, somente parecer aquilo que não se é (DEBORD, 2016).

Nesse dilema, Baudrillard (1995) ressalta que é possível fazer uma análise do consumo como lugar de diferenciação social, ou seja, os aspectos econômicos e simbólicos que irão constituir um estilo de vida para os sujeitos, diferenciando-os socialmente e definindo a estrutura da sociedade. Assim, o estudioso afirma que os objetos se encontram ligados uns aos outros dentro de grupos, o que leva a um distanciamento de suas funções originais, pois suas significações passam a estar mais ligadas ao que denota para o consumidor adquirir aquilo, a relação entre os diversos signos ligados àquele objeto.

Tanto na lógica dos signos, como na dos símbolos, os objetos deixam totalmente de estar em conexão com qualquer função ou necessidade definida, precisamente porque respondem a outra coisa diferente, seja ela a lógica social, seja a lógica do desejo, às quais servem de campo móvel e inconsciente de significação (SANTOS, 2011, pág.11).

Desse modo, a publicidade segue sendo um instrumento essencial de linguagem que reforça o capital e orienta outros tipos de linguagens. Ela transforma-se em um mecanismo fechado e em uma ideologia pela classe dominante, auxiliando no estímulo a insistência de um processo regado de contradições, mostrando muitas vezes aspectos que ainda na modernidade buscava-se solucionar (RUSCHEINSKY; CALGARO, 2010). Portanto, seguindo esses desdobramentos é válido ressaltar, em linhas gerais, como se deu o processo de chegada do capitalismo no território brasileiro.

### **3.1 Breve contextualização do capitalismo no Brasil**

Lessa (2014) expressa que o surgimento do capitalismo no Brasil se deu uma maneira bem característica, a classe dominante era ligada ao comércio internacional, que utilizava de mão de obra escrava para explorar os latifúndios monocultores e as riquezas naturais do país,

servindo, portanto, ao desenvolvimento do comércio europeu. Além disso, em países como o Brasil, considerado como a periferia do sistema do capital, o processo das classes sociais não se relacionou com a imersão e desenvolvimento de uma burguesia e de um proletariado, mas sim para a construção de oligarquias relacionadas à serviçais, escravos e trabalhadores rurais, que até quando estavam sendo assalariados, ficavam longe da classe de trabalhadores de países desenvolvidos.

Apesar do exposto, engana-se quem pensa que esses trabalhadores rurais e escravos não se revoltaram. Pequenos proprietários se aliavam a oligarquias locais e buscavam saber as causas de se produzir tanto em condições precárias e não possuírem chance alguma de crescimento. O que unia essas pessoas era o desejo de romper com a essência das relações capitalistas no país, voltada para a produção de mais-valia a ser apropriada pelo mercado internacional e sócios internos, ou seja, a oligarquia brasileira (LESSA, 2014).

Posto isto, Fernandes (1981) relata que a possibilidade de dominação sobre as classes exploradas no Brasil aconteceu a partir da fragilidade da burguesia brasileira, que favoreceu a constituição de alianças com uma aristocracia rural em conjunto com o capital estrangeiro. De acordo com o autor essa aliança só se concebeu devido à forte influência do autoritarismo no Estado, que excluía das discussões e transformações sociais aqueles agentes de setores explorados. Por mais que tivessem algumas revoltas contra esse sistema, o Estado sempre intervinha com os instrumentos de silenciamento e opressão, o que ocasionou rearranjos de diferentes frações envolvendo as classes dominantes de autocracia burguesa.

Ademais, Marini (2000) historiciza que entre os anos de 1930 e 1964, o Brasil esteve em um estado de regime bonapartista e com a crise do capitalismo mundial de 1929 foi-se criando demandas de bens manufaturados do mercado interno que não eram mais permitidos de serem realizados através de importações, o que por consequência, causou na economia do país uma construção inspirada em exportação e trabalho agrícola para a indústria. Logo, a oligarquia latifundiária perdeu monopólios políticos e obrigou-se a repartir todo seu poder com a burguesia industrial.

O Brasil foi um dos países preferidos pelo grande capital: politicamente era "confiável". Nossas classes dominantes nunca tiveram arroubos mais elevados e sempre se contentaram com o lugar de lam-botas dos imperialistas. Contava com centros urbanos e estruturas de transporte e comunicação adequadas à industrialização, as matérias-primas e energias eram abundantes e baratas — e, além disso, possuía uma classe operária sem tradição de luta revolucionária (LESSA, 2014, p. 35).



Lessa (2014) apresenta que o desenvolvimento desigual, logicamente, não favoreceu que os operários superassem em pouco tempo as consequências da exploração diante do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, todavia, proporcionou que a burguesia, entre os anos 60 e 70 se relacionasse com oligarquias e capital. Nesse sentido, com o golpe militar de 64, o Brasil reforçou de forma absoluta, subordinada e continua a produção de capital para se adequar aos moldes de países norte-americanos. Nesse regime, a organização de operários e camponeses foi um instrumento essencial para auxiliar na redemocratização brasileira, sendo relevante salientar que essa transição da ditadura militar para a democracia teve como característica um reajustamento das classes dominantes frente às lutas sociais, onde passaram-se a integrar ao projeto neoliberal do capitalismo tardio que permanece até os dias atuais (COUTINHO, 1979; MARINI, 2000; FERNANDO, 2013).

Concomitante a isso, Lessa (2014) dispõe que a moderna democracia brasileira emergiu de um contínuo histórico de condições contemporâneas herdadas do passado colonial do país. O autor descreve que muita coisa se transformou ao longo da movimentação histórica do Brasil, atualmente a região segue sendo muito mais eficaz na produção de mais-valia, as classes dirigentes incluíram ao Estado uma burocracia clássica da aristocracia operária, no entanto, o país ainda produz uma mais-valia que permanece acumulada para o capital internacional e seus sócios. Recuperar a história do Brasil e do mundo diante dos dilemas mencionados evidencia que é preciso dialogar ainda mais sobre como o sujeito é visto na contemporaneidade e quais artifícios auxiliam para a formação de um gênero humano enquanto ser que produz, consome e reproduz também instrumentos de violência que ditam como cada ser deve viver sua existência. Logo, o próximo capítulo debaterá a pornografia infantojuvenil, abordando o consumo em massa e a formação humana.

#### **4 A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO HUMANO E SUA DINÂMICA RELACIONAL COM A PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL**

*Quem sabe se um dia virei a ler outra vez esta história,  
escrita por ti que me lêes, mas muito mais bonita?...*  
(José Saramago, 2000).

Para a escrita desse capítulo, privilegamos especialmente as obras de dois marxistas que discutem os impactos do modo de produção capitalista na essência humana, que são Newton Duarte e György Márkus. Nesse trabalho, optamos por trabalhar com a categoria conhecida na psicologia como “subjetividade”, a partir do marxismo, por isso adotamos a terminologia dessa teoria de análise.

Duarte (2017) evidencia que a formação do indivíduo como um ser humano perpassa a formação do mesmo como um ser referente a um gênero humano. O pedagogo descreve que o ser humano passa a se diferenciar dos outros animais quando começou a executar meios para sua própria existência. A serviço desse desígnio, passou a apoderar-se da natureza entrando em um processo histórico transformando-a e estruturando particularidades que marcaram o que é o gênero humano.

Duarte (2017) reitera que o que difere o gênero humano do resto da natureza é a perspectiva eventual permanente de autossuperação humana feita por meio de uma dinâmica do processo histórico e desenvolvido por entre uma dialética em que o ser humano reproduz, no pensamento, contrariedades que também existem objetivamente. Sendo assim, questionar a diferença do gênero humano dos outros seres é pensar os atravessamentos da história em relação à cultura, e é em virtude disso que o gênero humano humaniza seu mundo e a si mesmo (MARKUS, 1978). A formação do indivíduo para si é a formação do indivíduo como um sujeito que relaciona suas vivências com o gênero humano, dessa forma essa relação se desenvolve através dos processos de objetivação e apropriação, da qual essa mesma formação torna-se objeto que levanta dilemas em torno de uma desfetichização (DUARTE, 2017).

A formação do indivíduo para si é a formação de uma colocação de um lugar humanizador e/ou alienador na medida em que as atividades objetivantes provocam uma formação semelhante às colocações relacionadas às objetivações que o sujeito se apropria e dos contornos que se produzem essas apropriações. Certamente o ser humano não construiu a natureza, mas teceu a sociedade arquitetando o mundo humano, dessa maneira, para que o ser humano não se aliene ao mundo que ele mesmo criou, é fundamental que ele se perceba como algo próprio objetivado e constate que esse mundo é o resultado de sua atividade, em suma,

para que o desenvolvimento de uma socialidade seja feita de uma maneira integral não basta somente a existência dos seres humanos, mas que as forças sociais passem a constituir lugares essenciais humanos não submetendo os seres humanos a vulnerabilidades que resultam em grandes desigualdades (DUARTE, 2017).

Ainda conforme o autor, na sociedade alienada a apropriação das relações objetivadas se dão de maneira quase que espontânea, ou seja, os sujeitos se cobrem naturalmente de relações sociais não percebendo que ali está presente aspectos históricos e mutáveis. Essas relações sociais se mostram por entre a aparência de forças naturais que os indivíduos atravessam e se identificam de maneira espontânea e não reconhecidas pela sociedade, como dito anteriormente. Sob essa perspectiva, para que o gênero humano alcance a liberdade é imprescindível que os seres humanos apresentem suas relações sociais objetivadas ao controle consciente de suas próprias vivências. Vygotsky (1991) já afirmava a relevância desse dilema sobre o processo de desenvolvimento da individualidade, assinalando que é irreal ser detentor de toda a verdade de uma pessoa e do próprio sujeito ao passo que a humanidade não admite ser dona de uma verdade sobre a sociedade e da própria sociedade concomitantemente.

Com efeito, Duarte (2004) assente que o desenvolvimento da objetivação da cultura humana se torna inexistente sem o processo de apropriação dela, logo, essa objetivação liga-se ao desenvolvimento de produção e reprodução de uma cultura humana material e não-material que se dissemina na vida em sociedade. Uma característica dessa apropriação está no fato do indivíduo reproduzir particularidades essenciais dessa atividade realizada e acumulada no objeto (LEONTIEV, 1978).

Em suma, ora, se a atividade humana se objetiva em produtos culturais há de se entender que o movimento em torno da objetivação do gênero humano é cumulativo uma vez que a definição de um objeto ou fenômeno cultural segue intimamente relacionada a noções históricas determinadas através de várias gerações. O indivíduo se forma apropriando-se de consequências de uma história social e vai se objetivando ao longo dessa história que envolve outros indivíduos da qual mediam suas relações com o mundo humano, dessa maneira, a formação do sujeito se conecta a um processo educativo direto ou indireto, intencional ou não intencional (DUARTE, 2004).

Nesse ínterim, a humanização histórico-social do gênero humano não é definida ou herdada através de uma genética e é nessa conformidade que é disposta a diferenciação da espécie humana como algo biológico e o gênero humano sendo um construto histórico (DUARTE, 2017). Porquanto, o autor denota que da genética são herdadas apenas as características da espécie responsáveis pela constituição do organismo humano - como

qualquer outro animal. Nesse sentido há materialização através de células, órgãos, tecidos e ossos, já o gênero humano possui uma organização existencial que abriga uma atividade social e histórica. É importante esclarecer que o desenvolvimento do gênero humano não ocorre separadamente da existência da biologia. Pensar sobre o processo histórico do gênero é inevitável que também se pense sobre a biologia da espécie, reconhecendo que o desenvolvimento do gênero humano pode trazer, também, consequências para essa mesma espécie (DUARTE, 2013).

Sob tal ponto de vista, uma dessas consequências é a de que a existência humana começa a parar de depender da capacidade adaptativa que o organismo biológico oferece em relação ao meio. A organização social adentra como protagonista na movimentação da existência, assim sendo, a singularidade do ser humano não se restringe a fatores estritamente biológicos, no entanto, segue como um processo concreto, histórico e social, não podendo ser explicada apenas entre o espécime e a espécie ou organismo e meio (DUARTE, 2017).

Ainda sobre a relação entre o organismo e meio ambiente, o autor supracitado crítica que essa concepção ainda está presente nas teorias psicológicas, no que é geralmente denominada de socialização. Para essas relações (organismo-meio), a socialização segue sendo organizada através de uma interação de adaptação e equilíbrio no que tange ao sujeito e ao meio, todavia, na perspectiva histórico-cultural do ser humano a individualidade de cada ser é inerente ao social, análogo à Markus é possível destacar que:

As condições histórico-sociais que determinam o indivíduo não devem ser entendidas como grilhões estranhos a ele e externamente impostos aos seus impulsos e inclinações reais, primordiais, sufocando e reprimindo, dessa forma, seu autêntico eu. Elas são as condições reais, internas, da individualidade, isto é, condições apropriadas e internalizadas por ele, transformadas em constituintes de sua própria personalidade (MARKUS, 1978, pp. 21-22).

Eventualmente, teorias psicológicas como também pedagógicas possuem uma visão que condições sociais se resumem a represálias quanto ao desenvolvimento de um ser “autêntico” do indivíduo, sendo assim, expressam uma problemática que de fato está presente, todavia não é intrínseco à formação da individualidade humana em momentos históricos. Essa questão é consequência dessa mesma formação se apresentar através de relações sociais de dominação, ou seja, pela via da alienação (DUARTE, 2017). Mediante ao exposto, Markus (1978) vai expressar que na alienação as condições sociais e maneiras de vida marcadas por épocas e classes se apresentam, literalmente como uma barreira que limita e fragmenta a exteriorização de uma verdadeira personalidade. Isso acontece devido a determinadas condições sociais de existência histórica e a intensa presença delas acaba

desenvolvendo nos indivíduos objetivos, necessidades e potências que suas concretizações podem muitas vezes ser vetadas, impedidas e obstruídas.

Posto isto, Duarte (2017) escreve que analisar as interações entre o organismo e meio, no que tange ao ser humano como uma relação mais melindrosa do que o restante dos animais, significa analisar o meio humano como pertencente ao social que não obstrui totalmente o tecnicismo biológico. Existe uma ontogênese da qual resulta da relação de um sujeito detentor de uma essência com condições que proporcionarão ou não o desenvolver dessa mesma essência. Neste sentido, a psicologia marxista de Vygotsky explica que essa ontogênese humana não é descrita por meio de uma relação organismo-meio, mas também não se pode deixar de lado o fato de que sem o meio o organismo não se mantém, desse modo, essa relação entre organismo e meio não compreende a dialética de objetivação e apropriação que ficou evidente nas obras de Leontiev (DUARTE, 2017), conforme segue:

Assim, o desenvolvimento espiritual, psíquico, dos indivíduos, é o produto de um processo antes demais particular, o processo de apropriação, que falta no animal, tal como, aliás, o processo inverso de objetivação das suas faculdades nos produtos objetivos da sua atividade. Convém sublinhar que este processo se distingue do processo de adaptação individual ao meio natural, pois a extensão sem reservas do conceito de equilíbrio, ou de adaptação ao meio, ao desenvolvimento ontogênico do homem é quase universalmente admitida. Se aplica esse conceito ao homem sem análise conveniente, apenas estamos a esconder o verdadeiro quadro do desenvolvimento humano (LEONTIEV, 1978, p. 168).

Conforme a afirmação, Duarte (2017) salienta que as mediações entre o indivíduo e o gênero humano, em relação ao ser humano, são externas ao organismo, ou seja, o indivíduo se vê na necessidade de efetuar a apropriação de objetivações, portanto, essa interação não particulariza o processo de desenvolvimento tanto do gênero humano quanto do indivíduo. É válido evidenciar que de acordo com o autor, essa interação como algo central na classificação dificulta a quebra das dicotomias entre fatores externos *versus* fatores internos ou campo biológico *versus* campo social, assim sendo, eventualmente há um esforço em colocar essas dicotomias em áreas equivalentes, no entanto não conseguem sustentar o entendimento assertivo de uma dialética objetivação-apropriação. A vista disso, Leontiev (1978) investigou que a formação da personalidade, a partir dessas dicotomias, se apresentou de forma inconsistente quando:

A aparente insuperabilidade da teoria dos dois fatores faz com que as discussões se realizem, sobretudo, em torno da significação desses dois fatores: uns insistem que o principal determinante é a herança e que o meio exterior, as influências sociais, condiciona somente as possibilidades e formas nas quais se manifesta esse programa com o qual nasce o homem; outros deduzem as particularidades mais importantes da personalidade diretamente das características do meio social, das matrizes socioculturais. Todavia, apesar de tudo o que diferencia no sentido ideológico e

político as ideias enunciadas, todas elas se mantêm na posição da dupla determinação da personalidade, porquanto a pura e simples ignorância de um dos fatores mencionados significa refutar a influência empiricamente demonstrável de ambos (LEONTIEV, 1978, p. 130-131).

Nessa perspectiva, ao camuflar características primordiais do desenvolvimento do indivíduo humano perante a ontogênese animal é colaborado para que haja uma incompreensão das diferenças entre uma visão marxista e as naturalizantes que envolvem o ser humano (DUARTE, 2017). O mundo das objetivações do gênero humano não se apresenta instantaneamente após o nascimento do sujeito, para que aconteça toda essa construção é importante que se suceda um processo de apropriação, logo, para que o aspecto humano dos objetos emergja ao indivíduo é possível que ocorra algum tipo de relação entre eles que se cristalice e formalize em si. Essa compreensão cabe aos fenômenos objetivos conceituados pelo homem como a língua, ideia, música e arte. Com efeito, o indivíduo ao nascer não é somente posto no mundo dos objetos humanos, mas é obrigado a adequar-se e comportar-se conforme as regras e obrigações do sistema vigente (LEONTIEV, 1978).

De certo, como já dito, as relações entre o gênero humano e o indivíduo sempre se dá no interior de associações históricas que envolvem o lugar de pertença do ser humano, ou seja, onde está sua inserção. Assim, Duarte (2017) vai relatar que por mais que a existência da genericidade ocorra pela socialidade, a apropriação dessa mesma socialidade não obrigatoriamente proporciona uma objetivação plena como um ser que é genérico, devido a objetivação do ser humano de se suscitar no decorrer da luta de classes exercendo sobre a vida humana limites que vão para além do desenvolvimento operado pelo gênero humano. Em suma, o autor descreve que o indivíduo se apropria da genericidade e se objetiva como ser genérico por meio de sua história e que isso é primordial para que ele participe ativamente na sociedade e se aproprie do gênero humano, conseguindo objetivar-se seguindo sua individualidade em intermédio das objetivações do gênero humano.

Lukács (1963) ressalta que a relação entre o gênero humano e o indivíduo é primeiramente uma ligação objetiva que se fundamenta no trabalho e suas objetivações. O pensador historiciza que o desenvolver da dialética e de sua generalização nas objetivações das atividades dos indivíduos está no trabalho, sendo este emergindo de uma essência que se baseia em necessidades postas em uma natureza material e social. Ora, se o produto não possui o resultado seguindo os precedentes desta necessidade objetiva, esse resultado perde todo seu significado não podendo considerar esse resultado como produto de um processo de trabalho mesmo no que tange ao lado subjetivo do processo. Paralelamente, a dialética entre o

objetivo e o subjetivo decorrente da atividade do trabalho influencia no modo de concretização na produção do processo de objetivação do sujeito individual e suas particularidades, sendo assim, é substancial que se pense tais particularidades para além de suas características individuais, observando também uma dinâmica social objetiva (DUARTE, 2017).

É significativo citar que Bock (2004) traz ressalvas em torno de um fenômeno psicológico de mundo simbólico que se liga ao social, dessa forma a subjetividade é algo que surge na relação do mundo material e social e que existe através da atividade humana estabelecendo uma dialética com a objetividade, todavia essa dialética não é embaralhada, ou seja, cada fenômeno deve-se haver com seus devidos conceitos e funções. Sendo algo que auxilia na formação da singularidade de cada sujeito, a subjetividade é uma ferramenta que proporciona características particulares que englobam funções psíquicas, atividade, consciência e personalidade, ela não é o único instrumento que pode ser utilizado para o entendimento do psiquismo humano, mas é um processo encarado de forma a entregar um indivíduo a pertença do gênero humano (SILVA, 2009).

Amparando-se em Lukács, Duarte (2017) assinala que a interligação entre a objetividade e subjetividade pode acontecer de maneiras distintas dentro do globo da objetivação do gênero humano, como por exemplo na vida cotidiana, arte e ciências. Na relação com a atividade de trabalho esse entrelace, que perpassa por uma atividade regulada por um objetivo dito pela consciência, traz consigo uma ação transformadora. O estudioso aponta que a partir disso surge uma realidade detentora de uma dinâmica objetiva controlada por práticas sociais e não mais pela consciência do indivíduo. Consoante a isso, Lukács (1963) explica que o caráter consciente está integrado como algo indestrutível em quaisquer atividades genéricas humanas, todavia a objetividade deve atuar de forma que amplie e agregue tudo, de forma que a subjetividade fique em última instância sendo assim. O autor descreve que a presença dela é indispensável para a gênese das formações genéricas humanas e é nisso que finaliza sua função, essas formações em sua objetividade levam consigo a continuação do que se é denominado gênero humano.

Os seres humanos vivem instantaneamente as vinculações sociais que vão ocorrendo ao longo de suas vidas, por meio da família, tribos, classes e nações, entretanto não vivem de imediato a humanidade como uma unidade do gênero humano, sendo que essa unidade não se transforma imediatamente durante a vivência da cotidianidade, a não ser que esteja a mostra em outro sistema econômico como o socialismo. Com o aumento das relações sociais, são formadas maiores unidades em que os sujeitos são obrigados a experimentar diversos

fundamentos de sua existência individual, física e espiritual, ainda mais depois da ascensão do capitalismo que construiu um mercado mundial onde são colocadas verdades e certezas universais em que a prática humana é constantemente sujeitada a se afirmar e se esforçar ao máximo - mesmo em situações de vulnerabilidade - para apresentar uma plena realização, que por vezes é cansativa de se sustentar a todo momento (LUKÁCS, 1963).

As relações impostas no capitalismo resultam em uma desapropriação daqueles que permeiam a realidade objetiva humana fazendo com que os indivíduos não tenham controle sobre essa realidade, ou seja, por meio desse sistema é retirado dos sujeitos sua vida genérica, ou seja, seu processo de trabalho. Todos os seres são possuidores de um organismo, devido a presença de uma geneticidade, entretanto, não há processo de alienação em outra espécie se não a do ser humano, justamente por não haver uma separação entre o ser espécie e ser singular, diferente da objetividade do gênero humano que é externa ao organismo, ao corpo do sujeito (DUARTE, 2017).

Segundo o autor supracitado, o gênero humano é percebido como um corpo inorgânico dos seres humanos e essa externalização é importante para que o gênero humano não se limite às restrições do orgânico, todavia há de se atentar quando o ser humano é vedado de novamente, se apropriar de seu corpo inorgânico. Nesse sentido, é válido ressaltar que no capitalismo os indivíduos não sobrevivem em uma comunidade local e indissociável, portanto, não são laços locais que ditam as maneiras de viver e sim um laço de pessoas relacionadas a singularidades e culturas locais que são construídas através de relações econômicas postas pela burguesia, da qual suprimiu qualquer tipo de ligação existente entre indivíduos e comunidades locais.

Duarte (2017) revela que esse apagamento foi uma mudança significativa devido ao corte da identificação natural com a individualidade e comunidade, o que posicionou as relações sociais frente ao indivíduo e as questões externas a ele. Esse contraste mostra que as relações sociais são impostas às pessoas como se fossem fenômenos que possuem domínio sobre o cotidiano e destino da sociedade, o fenômeno descrito pode ser definido como fetichismo, devido seu potencial em caracterizar as relações práticas e mentais do ser humano com os produtos da sua atividade. No sistema capitalista as relações se apresentam através da troca de mercadoria.

O caráter misterioso da mercadoria liga-se, então, à opacidade das relações que caracterizam a sociedade capitalista, que outra coisa não é senão uma sociedade produtora de mercadorias. Marx lembra que no “regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham, ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias



relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos de trabalho” (DUARTE, 2012, p. 35).

Uma das particularidades dessa sociedade produtora de mercadorias é o que Silveira (1989, p.74) denominou de fetichismo das mercadorias, a qual acaba abrangendo a todos de uma maneira acentuada fazendo parte da constituição da estruturação psíquica das pessoas. O estudioso salienta que essa forma de mercadoria auxilia na construção dos indivíduos “na carne e na psique” que adentra em confronto entre uma dimensão internalizada do sujeitamento e a subversão desses sujeitamento que resulta na aparição de condições internas que define o indivíduo como um sujeito. Esses condicionamentos objetivos do capital propõem uma dialética conflituosa, tornando plausível o nascimento do sujeito. Dessa maneira, Silveira (1989) explica:

Esta acepção não apenas rechaça uma perspectiva cínica de adesão completa e acrítica às condições do capital, como também recusa sua contraface, que resulta numa perspectiva cética, da qual se aproximam alguns teóricos que se pretendem de orientação marxista, e, segundo a qual o fetichismo da mercadoria na dinâmica atual da reprodução de capital abrangeria de uma maneira completamente totalizante, o conjunto das atividades dos indivíduos. E é a primeira dessas perspectivas vincula-se, quando muito, a uma concepção abstrata e, portanto, metafísica do sujeito, a segunda, radicalizando, no limite, a abrangência da coisificação das relações e do fetichismo, anuncia a própria morte do sujeito. Em ambas, o que se evidencia é uma genuflexão à alienação: o espírito absoluto historizando-se em sua encarnação do capital (SILVEIRA, 1989, p. 76).

A vista disso, Duarte (2017) dispõe que os seres humanos enxergam as mercadorias como algo que possuem vida, a exemplo das religiões onde são criados deuses e seres imaginários que se tornam detentores de um saber e controle. Sob tal afirmação, as forças sociais desse sistema aparecem de uma forma objetivada alienada e no formato de capital que passa a transformar produções humanas em métodos para a aquisição de dinheiro, que simboliza poder e riqueza na sociedade. A problemática em questão não está localizada no fato das relações sociais se admitirem com o formato de objeto e sim na transformação desse objeto em sujeito - capital - que rege os indivíduos que se convertem de maneira que o capital consiga realizar seus propósitos.

O capitalismo tardio possui interfaces contraditórias que vagueia entre o que é essencial e o que é cruel, ou seja, o enriquecimento social das forças humanas do gênero humano acontece através de um deterioramento da individualidade humana. Logo, isso ocorre devido ao processo de um esfacelamento de trabalhadores e das forças produtivas do indivíduo, tendo como resultado um distanciamento entre o indivíduo e o gênero humano e assim a alienação, mais uma vez entra em cena determinando a vida em sociedade. A

constituição de um cotidiano alienado se espalha para várias outras atividades dos indivíduos enfraquecendo os modos de pensar, agir e sentir, diminuindo as forças físicas e intelectuais dos sujeitos e excluindo qualquer possibilidade de uma reflexão crítica, onde os sentimentos passam a se exaurir de significados e sentidos. Nessa sociedade a deformação e despersonalização afetiva e moral das pessoas se torna cada vez mais banal e costumeira (DUARTE, 2012).

Na perspectiva marxiana, o ser humano se constitui nas relações sociais como um sujeito histórico e social. Dessa maneira, Duarte (2012) impõe que o indivíduo somente se estabelece como sujeito de suas próprias ações quando se liga a relações com outras pessoas, a serviço desse desígnio. Nesse sentido, só é possível o desenvolvimento da singularidade e do fazer-se membro do gênero humano, por meio dos atravessamentos em torno dos bens materiais e espirituais concentrados pela humanidade ao longo dos períodos históricos existentes. A partir dessa apropriação que o indivíduo se constrói como um gênero humano e como já afirmamos anteriormente, qualquer entrave que possa gerar uma barreira a essa apropriação acaba gerando um bloqueio para o encadeamento do indivíduo como ser integral e humano (TONET, 2012).

Tonet (2012) destaca que a formação humana está presente na história da sociedade e devido a isso não é possível identificar para sempre o que ela é como se fosse uma particularidade, um ideal a ser seguido. O processo de se tornar homem do homem para além de uma descontinuidade também segue formado por uma continuidade onde traços gerais desse processo conservarão uma identidade ao longo do percurso histórico. Sendo assim, o autor adiciona que a expressão “formação humana” faz alusão a um termo grego chamado de *paidéia*, que se refere ao ato de se desenvolver no humano algo específico da natureza humana, como o espírito e a vida política. Essa formação era um privilégio apenas daqueles que eram considerados cidadãos, sendo dispensado a eles atividades que não eram consideradas da natureza humana da época. A transformação da natureza para produção de riquezas, nessa época, não fazia parte das grandes pautas da sociedade.

O capitalismo sendo produzido como um novo modelo econômico impacta na formação humana. Nesse sistema, o trabalho passa a ser a atividade principal e privilegiada e observado como mero produtor e reproduzidor de mercadorias, numa constante busca por lucro, ocasião em que a formação cultural, ainda que fosse prestigiada, é enviesada por uma lógica de *ter*; da qual transfigura-se somente a mais um artifício da burguesia para fins de acumulação de riqueza material. Tal fato, distancia a formação humana do diálogo entre espírito e matéria, subjetividade e objetividade, interioridade e exterioridade no ser social,

classificada por entre uma práxis que é responsável pelo aparecimento de uma realidade social (TONET, 2012).

Para o entendimento dessa realidade social, Tonet (2012) ressalta que é preciso voltar na descrição aristotélica de homem, que prevalece de forma quase integral ao que se tem atualmente nas convicções ocidentais. Aristóteles descreve o homem como um animal racional focando-se na racionalidade como particularidade do mundo humano, já que a animalidade é uma característica universal dos seres, como já foi falado previamente. Há na sociedade capitalista, no geral, um ponto central que envolve o trabalho abstrato que autoriza a compreensão da subordinação da formação humana, cultural e espiritual às exigências de uma produção de riqueza que cria barreiras para uma autêntica formação humana.

A respeito desse desígnio, Tonet (2012) revela que a sociedade capitalista também é uma sociedade de classes que ora desenvolve meios de produção de riqueza e espiritual de uma maneira muito rápida, ora retira da maioria dos sujeitos a oportunidade de alcance a riqueza acumulada pela humanidade. Dessa forma os capitalismo - inclusive o tardio - reduz a massa a algo adjacente a animalidade que fica impossibilitada de se ater a meios que podem proporcionar uma formação artística, cultural, intelectual e moral. Cabe sublinhar que nessa sociedade a formação integral prepara o indivíduo para o trabalho, todavia, na medida em que essa formação apresenta instrumentos minimamente ideológicos e superficiais, ela deixa evidente que é só mais uma maneira de constituição de mão de obra destinada a mesmice do capital.

Dessa forma, não se levanta questionamentos acerca da mercadoria da força de trabalho que, ainda por cima, é percebida como algo natural e que representa a conversão do ser humano em mercadoria para atender aos interesses burgueses de reprodução de capital. O sistema capitalista possui um viés deformador, do qual a formação moral e ética segue sendo de bastante significação para o desenvolvimento deste. A apropriação é focada em um indivíduo e posta a outros indivíduos, conduzindo uma deformação de personalidade devido à aceitação do indivíduo em naturalizar uma forma de sociabilidade que concorda que o acesso de uma minoria seja consolidado através do bloqueio do acesso da maioria, ou seja, a massa (TONET, 2012).

O autor desvela que essa formação integral do ser humano é quase uma utopia, no sentido de que ainda encontramos uma sociabilidade regida pelo então capital, logo para que uma formação literalmente integral emergja será necessário que a humanidade fosse identificada através de uma comunidade autêntica que aboliria o capital. Assim, tem-se como classificação que a formação humana integral é uma ponte que faz a ligação do indivíduo aos

bens materiais e espirituais que são essenciais para, enfim, tornar-se parte do gênero humano, logo essa formação integral provoca uma emancipação humana. Para a formação de uma sociedade emancipatória é preciso criar formas de trabalho que expurgue a exploração e a dominação do homem para com o homem, portanto, um trabalho que se articule com as necessidades humanas e dialogando entre espírito e matéria, objetividade e subjetividade apresentará uma real potencialidade humana, tornando o ambiente propício para um desenvolvimento mais harmonioso na sociedade, que também consequentemente adentraria nas várias diversificações do ser humano (TONET, 2012).

Nesse ínterim, já definidas as categorias de gênero humano e formação humana, iremos demonstrar como essa formação se entrelaça com a pornografia infantojuvenil. Levando em consideração os capítulos anteriores, é de se compreender que estamos vivendo em um período histórico que pode ser denominado de capitalismo tardio, marcado pelo consumo, atrelado a tecnologia, que mercantiliza, superexplora e espetaculariza os mais variados corpos, até mesmo os infantojuvenis. Sendo assim, uma das formas que esse corpo é consumido é através da pornografia infantojuvenil, que previamente foi caracterizada nos capítulos anteriores como uma questão de exploração sexual comercial, configurando-se como um crime previsto por lei.

É válido ressaltar que de acordo com a Safernet Brasil, em 2021 a central de denúncias recebeu 101.833 denúncias de pornografia infantojuvenil, das quais incluíam 53.960 páginas, sendo que redes sociais como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram* aparecem entre os 10 domínios mais procurados para o acesso a esse tipo de material.

É importante frisar que essas redes sociais possuem, na atualidade, um alto teor econômico no sentido de que pertencem a grandes empresas das quais teoricamente deveriam enrijecer e investir em políticas de uso e compartilhamento de conteúdo, entretanto, não é o que de fato acontece, o que nos deixa reflexivos quanto às políticas internas dessas redes sociais e até onde vai esse limite de apresentação de conteúdo, para qual finalidade isso está ali e para quem isso serve. Esses fatos deflagram o quanto a pornografia infantojuvenil se torna uma mercadoria que produz lucro, mantendo viva essa forma de organização social. Por isso, podemos afirmar que ela vai ao encontro dos interesses do Capital, o que fragiliza a proposição de políticas públicas para o seu enfrentamento e de outras formas de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Faleiros (2004) infere que essa mercadorização provoca uma relação complexa de produção de um corpo como um objeto, que é exposto às violências que coisificam o ser humano através de relações de exploração e de poder, alicerçadas no capitalismo tardio, que

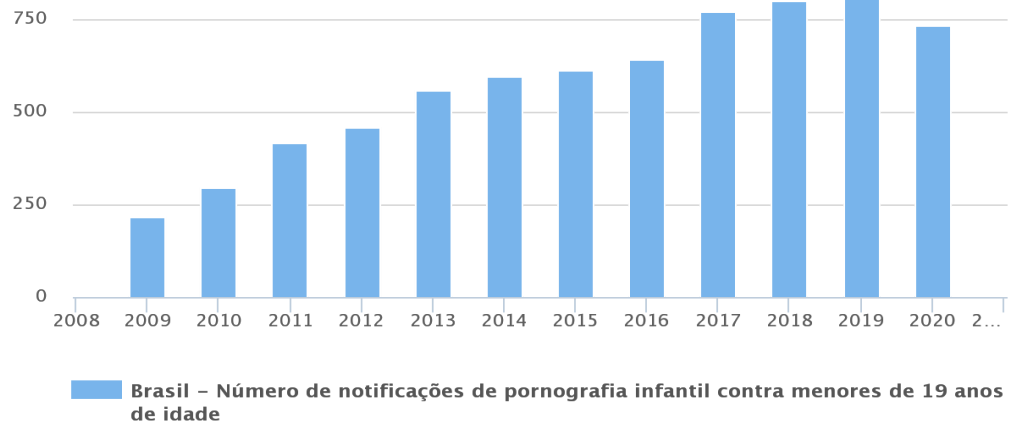
produz e incentiva esse mercado em que o determinante social principal ainda é a segmentação. Logo, na atualidade os detentores do capital ainda não parecem se importar com as consequências dessa forma de viver que discrimina e exclui a preço de um comércio lucrativo envolto de curtidas e compartilhamentos de materiais que podem até ser criminosos, mas que ainda sim reproduz a lógica do capital burguês. Assim, Debord afirma:

A supressão da personalidade acompanha fatalmente as condições da existência submetida às normas espetaculares - cada vez mais afastada da possibilidade de conhecer experiências autênticas e, por isso, de descobrir preferências individuais. Paradoxalmente, o indivíduo deve desdizer-se sempre, se desejar receber dessa sociedade um mínimo de consideração. Essa existência postula uma fidelidade sempre cambiante, uma série de adesões constantemente decepcionantes, a produtos ilusórios. Trata-se de correr atrás da inflação dos sinais depreciados da vida (DEBORD, 2016, p. 191).

Dessa forma, Menezes (2020) descreve que negar os processos históricos relacionados à sociedade faz com que seja elaborado o fenômeno do consumo de forma fetichizada e ideologizada do qual refere-se ao consumismo. Conforme o autor, esse consumo imediato proporcionado pela indústria cultural, como uma expressão de desejos de um ser social e reduzido a uma lógica imediata e grotesca, faz da busca por satisfação uma procura particularizada dos tempos atuais que visa a realização de si, visto que essa demanda é uma demanda passageira que vai sendo substituída ao longo de seus processos no mundo do capitalismo tardio. Essa imediatividade influencia nas relações sociais de modo que vários construtos se tornam muito passageiros, sempre existindo algo a mais para ser consumido e dificilmente mantido.

Voltando-se aos dados do Observatório Nacional da Criança e do Adolescente, observamos que a notificação dos casos de pornografia infantil diminuiu do ano de 2019 para 2020, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

## Notificações de pornografia infantil



Observatório da Criança e do Adolescente  
 Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)

Os dados apresentados exigem uma interpretação cuidadosa, pois possivelmente indica uma subnotificação, ao invés de uma redução dessa violência, uma vez que 2020 foi atravessado pela pandemia da Covid-19, provocando o distanciamento da escola, da convivência comunitária e a intensificação da permanência em casa e por conseguinte do uso de aparelhos tecnológicos. Para além, a título de ilustração, recuperamos um caso de pornografia infantojuvenil ocorrido em 2013 que provocou o suicídio de uma adolescente, a fim de demonstrar seus efeitos na formação humana. O caso encontra-se disponível em veículos de notícias como o G1 portal de notícias da Globo, sendo encontrado em artigos científicos que visam discutir as mídias sociais e tecnológicas bem como no estudo de Couto et al (2016) que apresentou o caso aos moldes da sociedade do espetáculo, portanto, vemos a seguir a caracterização da narrativa.

Uma adolescente de 17 anos foi vítima da divulgação de um vídeo íntimo em que estava ela, o namorado e uma amiga do casal, na época todos eram menores de idade. Segundo os familiares da adolescente, até o vazamento do material ela era uma menina muito alegre e que após o episódio passou a demonstrar sinais de tristeza e culpa, relatando em seu perfil no twitter que estava com vontade de desistir de tudo, descrevendo também uma vontade de sumir para observar se alguém sentiria sua falta. Seu último post nas redes sociais foi uma foto com sua mãe, da qual a legenda era um pedido de desculpas, relatando medo, mas que apesar disso esse seria seu último tchau. A adolescente foi encontrada morta em seu quarto com uma prancha de cabelo enrolada ao pescoço, dando indícios de que ali teria

ocorrido um suicídio. Para além, após 8 dias de sua morte, um site denominado *SP news* anunciou a venda do vídeo em que a adolescente foi exposta, sendo cobrado R\$ 4,90 para acesso ao material.

Isto posto, a notícia apresenta um caso de autoextermínio de uma jovem tomada como um objeto, uma mera mercadoria, que nem após a morte conseguiu ter seus direitos garantidos e humanizados. Faleiros (2004) ressalva que as práticas institucionais dominantes em relação às mulheres se solidificam de uma maneira moralista e discriminatória com base na preponderância do poder patriarcal na sociedade, o que acaba gerando intenso sofrimento psíquico como a culpa, insuficiência, e tristeza nessas mulheres. Consoante a conjuntura do caso apresentado, não é citado o que se decorreu com o namorado da adolescente, mas é entendível que a existência dela foi a mais afetada diante da dinâmica ocorrida.

Fukumitsu (2005) expõe que o suicida é aquele que não consegue enxergar sentido algum em sua vida, é como perder uma dicotomia de figura-fundo, o sujeito entra em um processo de desconhecer o porquê e o para que viver, perdendo sua autenticidade, fluidez e a perspectiva de ser e estar vivo. De certo, esse momento de vida e morte da adolescente do caso em questão e possivelmente de outras crianças e adolescentes, foi atravessado por várias nuances que impactaram sua forma de vivenciar o mundo, após a experiência de ter eu próprio corpo tomado como objeto de consumo. Historicamente a formação humana é marcada pela coisificação do corpo, dominação e exploração do homem, até mesmo diante da morte. Tais fatos afetam as relações dialéticas que nos constituem: subjetividade e objetividade, interioridade e exterioridade de seu campo social, mostrando que o sujeito passa de consumidor para consumido e a ser apropriado por terceiros (TONET, 2012).

Diante dessa realidade, no Brasil temos a proposição de políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, materializada em Planos de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e diretrizes técnicas das políticas sociais, mas que não se materializam em uma sociedade desigual, sustentada pela violência, como demonstrado nesse trabalho. Cabe destacar que no ano de 2021 foi firmado uma aliança entre o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos e da Cidadania para o desenvolvimento de ações voltadas para o cuidado na primeira infância, que previa em seu escopo a capacitação de colaboradores para o enfrentamento da violência sexual contra a população infantojuvenil (BRASIL, 2022).

No que se refere especificamente a pornografia infantojuvenil, há poucas políticas, o que temos por enquanto no Brasil são legislações que a tipificam como crime, a instituição de delegacias especializadas em crimes cibernéticos e diretrizes técnicas que oferecem algum

parâmetro para o seu enfrentamento. Em 2019 a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente iniciou uma vinculação com o WePROTECT Global Alliance, com o objetivo de enfrentar o abuso sexual na internet. Além disso, em 2022 o país assinala que atuará com a INTERPOL e empresas de tecnologia para identificação de redes que participam da distribuição e produção de conteúdo pornográfico infantojuvenil na internet (BRASIL, 2022). Como observado, temos um longo caminho para assegurar a proteção de crianças e adolescentes, que sem dúvida exige a superação da atual forma de sociabilidade humana.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a pesquisar de que modo a exploração do corpo infantojuvenil na pornografia na vigência do capitalismo tardio impacta a formação humana de crianças e adolescentes. Logo, é possível concluir, que a pornografia infantojuvenil é um tipo de exploração sexual comercial que tem como base o poder e dominação relacionadas inteiramente ao consumo na sociedade do capitalismo tardio, sendo estimulado cotidianamente um consumismo fetichizado por entremeio as relações de sensações rápidas.

Nesse ínterim, a formação humana é impactada no sentido de que esses corpos vistos como mercadorias e como objetos de silenciamento adultocêntrico acabam sendo reduzidos a seres objetificados, que ao invés de se objetivarem e se apropriarem de sua historicidade passam a ser objetos de consumo fetichizado e portanto são obrigados a produzir capital por intermédio da exploração de seus corpos, não podendo alcançar na sua autenticidade a emancipação humana, como é posto na construção de dialéticas do gênero humano.

Para além, foi percebida a falta de trabalhos publicados na área da ciência psicológica, deixando o questionamento de como e porque a psicologia ainda não se atentou prioritariamente as questões impostas pelos atravessamentos da violência sexual infantojuvenil, tecnologia e sexualidade, já que é um assunto tão atual e vivido. Portanto, Bock (1999; 2003) evidencia que a reflexão em torno do compromisso social da psicologia é movimentada a partir de uma inquietação em buscar e transformar novas maneiras de pensar e praticar a psicologia, sendo assim, pode-se finalizar que o compromisso da psicologia está em pensar junto às massas populares a diminuição de desigualdades e opressões.

A vista disso, o estudo trouxe como destaque autores clássicos para explicar os fenômenos envoltos do capitalismo e a sua relação com o consumo e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes na pornografia, referindo-se a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Ao longo da pesquisa foi-se destrinchando cada categoria do trabalho, trazendo breves fundamentações sobre a história da violência sexual contra a infância e adolescência, para no fim explicarmos como esses processos atuam na integralidade de uma formação de gênero humano em uma sociedade em que o sistema capitalista com seus modos de produção e apropriação de mercadorias dominam e exploram uma maioria em prol de uma minoria acumuladora de riquezas.

Consoante a isso, foi apresentado alguns planos de políticas públicas no Brasil, a fim de observarmos como o país está lidando com a problemática da violência sexual infantojuvenil, inclusive no ambiente virtual. Porquanto, pode-se dizer que ainda temos

poucas políticas em volta do problema, mas que a passos lentos, estão sendo construídas alianças e diálogos de enfrentamento à pornografia infantojuvenil na internet. A vista disso, desejamos com a pesquisa abrir um espaço de reflexão crítica sobre os moldes sociais e tecnológicos do mundo contemporâneo e que relacioná-las ao ser criança e adolescente é também enxergá-los como seres de linguagem que precisam apropriar-se de sua própria história.

## REFERÊNCIAS

- ALAGGIA, R.; MILLINGTON, G. Male child sexual abuse: A phenomenology of betrayal. **Clinical Social Work Journal**, 36, 265–275. 2008. doi: 10.1007/s10615-007-0144-
- ALBERTO, M. P. F. M; SILVA, S. C. A. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: a vivência subjetiva do corpo. Belo Horizonte, **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 1, 2016.
- ALMEIDA, O. P. Do capitalismo tardio ao pós-modernismo: a influência de Mandel sobre Jameson. **Temporal - prática e pensamento contemporâneo**, Brasília, vol 2, n 4. 2018. ISSN: 2594-3944
- AMORIM, F. M. S. **Reflexões sobre o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. 1 ed., Corumbá, 2005.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. Tradução de Marcelo Levy. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Edições 70: Lisboa, 1995.
- BRASIL. **Conheça as políticas públicas federais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasil, 2022. Disponível em: Conheça as políticas públicas federais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br)) Acesso em: 06 dez. 2022.
- BOCK, A. M. B. **Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia** (1a, Trans.). São Paulo: EDUC / Cortez, 1999.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Em A. M. B. Bock (Org.), **Psicologia e compromisso social** (pp. 15-28). São Paulo: Cortez, 2003.
- BOCK, A. M. B. . A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. **Psicologia America Latina** [online]. v.1, 2004. Disponível em: A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual ([bvsalud.org](http://bvsalud.org)) . ISSN 1870-350X Acessado em: 8 dez. 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- CARVALHO, M. J.L. **Nas malhas da globalização**, 2008. Disponível em: \*PETI10anos001-138.qxp ([researchgate.net](http://researchgate.net)). Acesso em: 30 ago. 2022.
- CECCARELLI, P. A pornografia e o ocidente. Portugal: **Revista (In)visível**, v. 1, p. 1-2, 2011.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CETIC.BR. **Relatório de coleta de dados TIC Kids Brasil 2020**. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211125083634/tic\\_kids\\_online\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211125083634/tic_kids_online_2020_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 07 nov. 2022.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1999. Disponível em: [Folha Online - Brasil 500 \(uol.com.br\)](http://www.folha.com.br) . Acesso em: 3 out 2022.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C.N. **A democracia como valor universal**. Encontros com a Civilização Brasileira, 9, 33-48, 1979.

COUTO, J; FRIEDRICH, M; CARMINATI, C. **Julia Rebeca**: exposição e vigilância na sociedade midiaticizada. XXXIX Congresso brasileiro de ciências da computação, São Paulo. 2016.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

DENÚNCIAS de pornografia infantil cresceram 33,45% em 2021, aponta a Safernet Brasil. **SaferNet Brasil**, 18 de maio de 2021. Disponível em: [Denúncias de pornografia infantil cresceram 33,45% em 2021, aponta a Safernet Brasil | SaferNet Brasil](https://www.safernet.org.br/denuncias-de-pornografia-infantil-cresceram-33-45-em-2021-aponta-a-safernet-brasil). Acesso em: 01 set. 2022.

DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 2017.

DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 2019.

DESLANDES, S. F.; LIMA, J. de S. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Interface - Comunic. Saúde, Educ.** 2011.

DINES, G. **Pornland**: how porn has hijacked our sexuality. Boston: Beacon Press, 2010.

DUARTE, N. **Formação do indivíduo, consciência e alienação**: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. 4. ed, n. 62. Cadernos CEDES. 2004. Acessado em: 8 nov. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100004>>. Epub 03 Jun 2004. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100004>.

DUARTE, N. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora associados, 2012.

DUARTE, N. **A individualidade para si**: Contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 1 ed. Campinas, São Paulo: Editora associados, 2017.

END CHILD PROSTITUTION, CHILD PORNOGRAPHY AND TRAFFICKING OF CHILDREN FOR SEXUAL PURPOSE (ECPAT). **Relatório de monitoramento de país sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.**

Disponível em: [CMR\\_BRAZIL\\_FINAL.pdf \(ecpat.org\)](#). Acesso em: 10 out 2022.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, E. T. S. **A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo.** In: A exploração sexual de crianças e de adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. Goiás: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E, S. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FALEIROS, P.V. **O fetiche da mercadoria na exploração sexual.** In: LIBÓRIO, R. M. C; SOUSA, S. M. G. (Orgs.), A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRIGOTTO, G. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Brasil, 2022.

FUKUMITSU, K. O. **Suicídio e psicoterapia:** uma visão gestáltica. São Paulo: livro pleno, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2002.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes:** conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HABIGZANG, L, F et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. 2008, v. 21, n. 2. Acessado em: 7 nov. 2022 , pp. 338-344. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>>. Epub 01 Out 2008. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>.

HALD, G. M. Gender differences in pornography consumption among young heterosexual Danish adults. **Archives of Sexual Behavior**, 35, 577–585, 2006.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IANNI, O. **Era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1996.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JAMESON, F. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JUNIOR LACERDA, F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil. **Teoría y crítica de lá psicologia**. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2013. ISSN 2116-3480.

Disponível em: [Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica - Dialnet \(unirioja.es\)](http://Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica - Dialnet (unirioja.es))

Acesso em: 07 dez. 2022

KEATING, K. M.; GROSSMAN, F. K.; SORSOLI, L.; EPSTEIN, M. Containing and resisting masculinity: Narratives of renegotiation among resilient male survivors of childhood sexual abuse. **Psychology of Men & Masculinity**, 6(3), 169–185. doi: 10.1037/1524-9220.6.3.169. 2005.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india).

Acesso em: 30 de jun. 2022.

LANDINI, S. T. **Pornografia infantil na Internet**: violência sexual ou pornografia?. Plural, São Paulo. v. 7, p. 39-60, 2000. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2000.68065>.

Acesso em: 20 abr. 2022.

LANDINI, S. T. Envolvimento e distanciamento na produção brasileira de conhecimento sobre pornografia infantil na Internet. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v. 21, p. 80-88, 2007. Disponível em: [Envolvimento e distanciamento na produção brasileira de conhecimento sobre pornografia infantil na Internet | São Paulo perspect;21\(2\): 80-88, jul.-dez. 2007. | LILACS \(bvsalud.org\)](http://Envolvimento e distanciamento na produção brasileira de conhecimento sobre pornografia infantil na Internet | São Paulo perspect;21(2): 80-88, jul.-dez. 2007. | LILACS (bvsalud.org)).

[LILACS \(bvsalud.org\)](http://LILACS (bvsalud.org)).

Acesso em: 30 ago. 2022.

LAU, C. Child prostitution in Thailand. **Journal Child Health Care**, 12(2), 144–155, 2008.

LEAL, M. L. P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe**: Relatório Final – Brasil. (2a ed.). Brasília: Cecria, UNICEF, 1999.

LESSA, S. **Cadê os operários?**. 1. ed. São Paulo, Instituto Lukács. 2014.

LEONTIEV, A.N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencias del hombre, 1978.

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas**: as adolescentes em situação de exploração sexual comercial. 2003. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003.

LIBÓRIO, R. M. C. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18(3), 413-420, 2005.

LIBÓRIO, R. M. C; SOUSA, S. M. G. (Orgs.), **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LUKÁCS, G. **Die Eigenart des ästhetischen**. Berlim, 1 ed. Luchterhand, 1963.

MÃE DE JOVEM ACHADA MORTA APÓS VÍDEO ÍNTIMO RECLAMA DE VIOLAÇÃO. **G1 Piauí**, 2013. Disponível em: [G1 - Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de 'violação' - notícias em Piauí \(globo.com\)](#) Acesso em: 06 dez 2022.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MANCEBO, D; OLIVEIRA, M. A; FONSECA, T. G. J; SILVA, V. L. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. **Estudos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 325-332, 2002.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

MARCELLI, D. **Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MARKUS, G. **Marxism and anthropology**. The concept of human essence in the philosophy of Marx. Assen, Van Gorcum, 1978.

MARCUSE, H. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1997.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: [\\Pi\pi\WINDOWS\Desktop\Scielo](#) Acesso em: 10 nov 2022.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **Manuscritos**: economía y filosofía. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

MARZOCHI, M. L. Pornografia na internet. **Revista de Ciências Humanas**, v.9, n.2, p.115-124, 2003.

MENEZES, P. P.J. **Pós-modernidade: algumas palavras**. 1. Ed. São José do Rio Preto, SP: práxis editorial, 2020.

MENEZES, A. C. K.; SILVA, S. C. A. Violência sexual no Tocantins: atuação da rede de proteção. Política social e repressões sociais no Brasil: dilemas e desafios. **Humanidades e inovação**, Palmas, v. 6, n. 17, 2019. Disponível em: [VIOLÊNCIA SEXUAL NO TOCANTINS: A ATUAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO | Humanidades & Inovação \(unitins.br\)](https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002). Acesso em: 07 nov. 2022.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. 2001, v. 1, n. 2 [Acessado 1 Novembro 2022] , pp. 91-102. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>>. Epub 20 Jul 2012. ISSN 1806-9304. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>.

MINAYO, S. C. M. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista brasileira de educação médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, L. L; VIANNA, A. G. **Pornografia, subjetividade e violência de gênero**, 2021. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/63484/39868>>. Acesso em: 30 jun. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2020.63484>.

MOSCATELLO, R. Necrofilia: uma rara parafilia. **Brazilian Journal of Psychiatry** [online]. 2010. Acesso Em: 8 dez. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462010000300021>>. Epub 01 Out 2010. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462010000300021>.

NETO, J. C. de S. História da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Unifeo**, revista semestral do Centro Universitário FIEO, ano 2, n. 3, 2000.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Notificações de pornografia infantil**, 2021. Disponível em: [Notificações de pornografia infantil - Observatório da Criança e do Adolescente \(observatoriocrianca.org.br\)](https://observatoriocrianca.org.br) Acesso em: 05 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OMS - **Organização Mundial de Saúde**. Relatório Mundial de Saúde, Banco de Dados. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 1999.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.



PEREIRA, B. C. J. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

PFEIFFER, L.O desamparo da infância e adolescência: violências do mundo real e virtual. **Revista Observatório Proteção**, v.1, n. 1, 2022. Disponível em: doi: 10.5380/rop.v1i1.8822 Acesso em: 07 nov. 2022.

PEIXOTO, S. A. L. **Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio**. Estudos e pesquisas em psicologia, 2011. Disponível em: [Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio \(redalyc.org\)](#). Acesso em: 07 nov. 2022

PIERONI, G. **Os excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil-Colônia**. Textos de história. Revista do programa de pós-graduação em história, UnB, 2011. Disponível em: [Os excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil-Colônia | T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB](#). Acesso em: 8 dez. 2022

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL. **Faça Bonito**. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e adolescente. Brasil, 2013.

PORNHUB. **2018 year in review**. Pornhub, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2018-year-in-review/>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

RAMOS, F. P, A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

REIS, A.V.; REIFSCHNEIDER, E.D.B. **Pesquisa sobre pornografia infantil na Internet**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

RIBEIRO, R. **Discurso de ódio, violência de gênero e pornografia: entre a liberdade de expressão e a igualdade**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

RETONDAR, M. A. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. 1. Ed. São Paulo, SP: annablume editora, 2007.

RUSCHEINSKY, A; CALGARO, C. Sociedade de consumo: globalização e desigualdades. In Pereira, K. O.A; Horn, R. D. F. L. **Relações de consumo: globalização**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2010.

SAFERNET BRASIL. **Quem somos**, 2008. Disponível em: Quem Somos | Safernet Brasil. Acesso em: 01 set. 2022.

SAFERNET. **Indicadores da central nacional de denúncias de crimes cibernéticos**, 2021 Disponível em: [Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos \(safernet.org.br\)](#). Acessado em: 08 dez. 2022.

SAFERNET BRASIL: **Denúncias de imagens de abuso sexual contra crianças e adolescentes aumentam 9% em 2022, aponta Safernet**, 2022. Disponível em: [Denúncias de imagens de abuso sexual contra crianças e adolescentes aumentam 9% em 2022, aponta Safernet | SaferNet Brasil](#) Acesso em: 06 dez. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração Sexual de Crianças. In A. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Orgs.), **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. (2a ed., pp. 49-95). São Paulo: Iglu. 2000.

SANCHEZ, E. Y. P. La pornografía y la globalización del sexo. **El cotidiano**, 174: 47-57, 2012.

SANTOS, C. T. **A sociedade de consumo, os media e a comunicação nas obras iniciais de Jean Baudrillard**. Galáxia, p. 125-136, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641247011>. Acesso em: 30 ago. 2022

SAWAIA, B. B. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico. In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A (Org.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SILVA, G. F. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. **Psicol.educ.** São Paulo, n. 28, p. 169-195, 2009. Disponível em: [A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual \(bvsalud.org\)](#). Acesso em: 9 dez. 2022

SILVA. J. R. S.; ALMEIDA. C.D.; GUINDANI. J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história e ciências sociais**. 1.ed. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2009. Disponível em: [Vista do Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas \(furg.br\)](#). Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e objetivação. In Silveira, P; DORAY, B. (orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos tribunais, 1989.

SLATER, D. **Cultura do consumo & modernidade**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2007.

SODRÉ, M. **A máquina de narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1994.

SVEDIN, C.G; BACK, K. **Children who don't speak out** – about children being used in child pornography. 1. ed. Filadélfia: Jessica Kingsley Publishers, 1997.

TEIXEIRA, L. C. Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. In S. Ozella (Org.), **Adolescências construídas**. São Paulo: Cortez, 2003.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 2. ed. Instituto Lukács. São Paulo, 2012.

VAZ, P. Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-62, mar. 2006. Disponível em: [Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade | Vaz | Comunicação Mídia e Consumo \(espm.br\)](#). Acesso em: 02 set. 2022

VECINA, T. C.; CAIS, A. C. Infância e Adolescência: Uma realidade que precisa de intervenção. In D. C. Ferrari, & T. C. Vecina (Eds.), **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo, SP: Agora. 2002.

VENDA DO VÍDEO DE JOVEM QUE SE MATOU SERÁ INVESTIGADA PELA PF NO PI. **G1 Piauí**, 2013. Disponível em: [G1 - Venda do vídeo de jovem que se matou será investigada pela PF no PI - notícias em Piauí \(globo.com\)](#) Acesso em: 06 dez 2022.

VILLELA, F. **Denúncias de violência sexual contra crianças chegam a quase 50 por dia**. 2016. Disponível em: [Denúncias de violência sexual contra crianças chegam a quase 50 por dia | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#). Acesso em: 07 nov. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Madrid, Visor t.1, 1991.

WILLIAMS, T. P; BINAGWAHO, A; BETANCOURT, T. S. Transactional sex as a form of child sexual exploitation and abuse in Rwanda. **Child Abuse & Neglect**, 36, 354–361, 2012.

ZANELLA, M. N; LARA, A. M. de B. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: Estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista Da FAEEDA - Educação e Contemporaneidade**. 2016. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n46.p75-87> Acesso em: 29. ago. 2022.

ZANIANI, M. J. E; ANDRADE, K. A. Entre o possível e o necessário: formação e atuação do psicólogo para o enfrentamento do abuso sexual infantojuvenil. In: ZANIANI, M. J. E; ROSALANIA, F. B (orgs), **psicologia e políticas públicas: perspectivas e desafios para a formação e atuação**. Maringá: Eduem. 2020. Disponível em: [Entre o possível e o necessário: formação e atuação do psicólogo para o enfrentamento do abuso sexual infantojuvenil \(2020\) – Portal Psicologia na Assistência Social \(usp.br\)](#) Acesso em: 12. nov. 2022.